



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 108ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2019

1 Em 21 de fevereiro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), na Sala 03 do 3º Batalhão da Polícia Militar de Minas
4 Gerais - Rua Pedro Duarte, s/n, Romana, Diamantina/MG. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: Presidente Suplente Eliane
6 Piedade Alves Machado, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
7 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Representantes do Poder
8 Público: Vilson José de Amorim, da Secretaria de Estado de Cidades e de
9 Integração Regional (SECIR); Emerson dos Santos Cordeiro, da Secretaria
10 de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP); Henrique Moreira de
11 Melo Silva, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); 3º
12 Sargento PM Washington de Miranda Melo, da Polícia Militar do Estado de
13 Minas Gerais (PMMG); Carla Fernanda de Araújo, da Prefeitura do
14 Município-sede da URC/JEQ; Representantes da Sociedade Civil: Ézio
15 Darioli, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG);
16 Ricardo Maia Durães, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
17 de Minas Gerais (FAEMG); Ricardo Hirofumi Yoshimatsu, da Federação
18 das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
19 (FEDERAMINAS); Márcia Elisa Rocha Santos, do Conselho Municipal de
20 Meio Ambiente - CODEMA - de Diamantina/MG; Alex Mendes Santos,
21 Caminhos da Serra - Ambiente, Educação e Cidadania; Carlos Eduardo
22 Teixeira Nery, Sociedade Amigos do Tabuleiro; Nathália Bastos do Vale
23 Brito, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); **Assuntos em**
24 **pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente
25 Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Conselheiros e Conselheiras
26 boa tarde. Passo a iniciar agora a 108ª Reunião Ordinária da Unidade
27 Regional Colegiada Jequitinhonha, do Conselho Estadual de Política
28 Ambiental. Convido a todos para se posicionarem para a Execução do
29 Hino Nacional.” **2) ABERTURA.** Presidente Suplente Eliane Piedade Alves
30 Machado: “Bom, boa tarde de novo Conselheiro Henrique que chegou
31 agora. Eu acho que poucos aqui não me conhecem. Meu nome é Eliana.
32 Eu sou funcionária de carreira do Sistema Estadual de Meio Ambiente e
33 atualmente eu estou à frente da Supervisão Regional da Unidade Regional
34 de Florestas e Biodiversidade do Jequitinhonha sediada aqui em
35 Diamantina e juntamente lá com a SUPRAM Jequitinhonha. Estamos lá,
36 coloco lá o IEF também à disposição dos senhores, das entidades que os
37 mesmos representam, estou lá à disposição. No âmbito aqui da URC

38 acredito que nós vamos no encontrar com uma frequência maior
39 considerando que eu fui designada para ser a primeira suplente da URC,
40 Doutor Tiago Soares de Lima e no meu impedimento, a Cecília ficou como
41 segunda suplente para conduzir os trabalhos aqui desta unidade.” **3.**
42 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
43 Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Vamos ao item 03
44 da pauta. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. Alguém tem
45 para socializar. Pois não?” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery:
46 “Boa tarde. Eu vou aproveitar a oportunidade porque Assuntos Gerais
47 como foi pautado (inaudível) a gente ensejou a oportunidade de conversar
48 antecipadamente. Nós somos lá de Conceição do Mato Dentro e estamos
49 passando lá por um momento, vamos dizer, de revisão de uma série de
50 coisas dentro da cidade em função do que gente hoje abriga um grande
51 empreendimento minerário que é o (inaudível) que tem notícia, não é?
52 Muitos aqui trabalharam no rio no licenciamento desse empreendimento e
53 em virtude dos recentes acontecimentos que vem movimentando o país,
54 nós estamos fazendo uma análise da situação atual do nosso município
55 em relação ao empreendimento, principalmente em relação aos
56 moradores, aos conhecidos como atingidos, um termo que eu acho assim
57 meio forte que acho natural que é utilizado e em função disso ontem nós
58 tivemos uma reunião no Conselho de Desenvolvimento Municipal de
59 Defesa Ambiental, o CODEMA de Conceição, (inaudível) do Conselho e
60 nós tivemos algumas deliberações que nos pediram para que a gente
61 transferisse, transmitisse ao Conselho Estadual. Nós estamos muito
62 preocupados com a situação da legislação especificamente em questões
63 de legislação em função da realidade desses últimos fatos de Brumadinho,
64 mas na sequência da questão de Mariana e logicamente das
65 consequências sucessivas desses acontecimentos e nós então
66 entendemos que a sociedade tem que fazer uma análise aprofundada da
67 questão que a gente tem de políticas ambientais relativas aos
68 licenciamentos, porque as consequências estão sendo realmente
69 alarmantes, de uma gravidade que supunha, quando a gente faz um
70 licenciamento, a gente sempre tem em mente as prováveis,
71 desdobramentos e tantos benefícios como as consequências que podem
72 ocasionar em função do que a gente decide. Só que, às vezes, são coisas
73 que são surpreendentes pela vivência, pelos anos. E a questão de
74 barramento, de represas, desse tipo de instalação de contenção de
75 materiais, foi uma coisa que dentro do processo de licenciamento, o Alex
76 está aqui, foi uma das coisas que nos preocupou muito. Eu quero recordar
77 mesmo contando com a boa vontade de vocês que isso aqui em 11, em
78 março de 2011 nós tivemos aqui uma dificuldade junto ao Conselho
79 porque após uma reunião que a gente teve em Belo Horizonte, eu me
80 lembro, o Alex estava lá, foi apresentado pela SUPRAM Central junto com

81 o empreendedor e com a presença do Ministério Público o licenciamento
82 da Fase II, LI Fase II da Anglo American aonde continha a estrutura da
83 barragem. E nós ficamos alarmados com a situação da barragem pelo
84 tamanho dela e pelas comunidades que estavam em torno das
85 proximidades das comunidades que estavam no entorno. Durante a
86 reunião, a gente discutiu com o Ministério Público e na época com o
87 superintendente Daniel Medeiros, porque na área de auto salvamento nós
88 tínhamos umas pessoas que estariam atingidas em 07 minutos e isso nos
89 preocupou muito. Nós fomos para Conceição, discutimos lá com o
90 Conselho e trouxemos o pleito da prefeita na época, a prefeita Nelma que
91 houvesse uma vista do processo para que a gente pudesse discutir com a
92 comunidade porque a comunidade não tinha ciência nenhuma do que
93 estava para acontecer e nós tivemos um contratempo porque o gerente
94 administrativo e o gerente jurídico da Anglo American declarou nosso
95 impedimento em função de alegadas pendências contratuais. Nós ficamos
96 04 anos sem poder votar no processo da Anglo por pendências contratuais
97 que nós entramos com 02 recursos administrativos e eles nunca foram
98 esclarecidos. Depois nós fomos reconduzidos para poder votar de novo
99 para a SEMAD, que não respondeu de forma conclusiva apresentando os
100 dados das pendências contratuais, quer dizer, nunca tive ciência dessa
101 sentença, nunca apareceram. E a gente voltou simplesmente para votar. E
102 o tema que era o tema que a gente estava querendo discutir era o tema
103 dessa questão do tratamento do que a gente chama de (trecho
104 incompreensível), que é a perspectiva e rompimento da barragem e as
105 medidas que devem ser adotadas. E dentro delas, inclusive, tem uma
106 coisa que chama dos simulados, que é você exercitar com a comunidade a
107 possibilidade de rompimento, como que a gente faz o salvamento dessas
108 pessoas, e pasmem vocês, depois de 04 anos, quase 05 anos da LO da
109 empresa, da barragem em funcionamento que já tem hoje quatro vezes o
110 volume da barragem de Brumadinho e foi feito um simulado com a
111 comunidade e contando com um número que a Anglo fala que é muito
112 significativa, 25% da população que foi envolvida. Quer dizer, hoje na área
113 de auto salvamento existem aproximadamente 400 pessoas e algumas
114 com minutos de distância do rompimento. Então o que nós estamos
115 buscando, o que foi encaminhado, que virá um documento oficial em
116 virtude do tempo escasso é que nós pedimos a SUPRAM e ao COPAM
117 que haja, vamos dizer, um contato com a comunidade de Conceição e com
118 as entidades tanto o conselho quanto a Secretaria do Meio Ambiente para
119 que a gente consiga fazer um exame da situação atual do
120 empreendimento, das formas como ele está sendo conduzido para que se
121 faça uma análise e uma possível revisão das legislações tanto municipais
122 quanto pleito para as legislações estaduais e federais para que a gente
123 tenha uma garantia de não ser surpreendido pelos fatos, vamos dizer,

124 trágicos que a gente está assistindo nesses últimos dias. Nós como
125 ocupantes do território e como representantes dessas populações, a gente
126 sente que há uma responsabilidade muito grande. Eu me sinto bastante
127 responsável, porque eu votei a LO não tive a oportunidade de votar a LI
128 porque fui suspenso e votei contra a LO. Mas votei favorável a LP, porque
129 julgava que aqueles estamentos que estavam estabelecidos seriam
130 suficientes para garantir uma série de direitos e garantias e seguranças
131 que a gente sentia como necessária, no entanto, hoje nós temos uma série
132 de dúvidas em relação a isso. O município está disposto a elaborar uma
133 legislação adequada dentro das competências do município tem na alçada
134 para trabalhar com isso para que venha a solicitar a esse Conselho,
135 principalmente aqueles que participaram do processo e tem uma ciência
136 muito grande para que a gente possa construir soluções de prevenção, de
137 precaução para que a gente garanta a sobrevivência inclusive, não só a
138 qualidade de vida, mas a vida dessas pessoas, não é? Então nós
139 estaremos encaminhando aqui um pedido oficial ao presidente do COPAM,
140 ao secretário de meio ambiente, mas eu enfatizei que a importância dessa
141 SUPRAM e deste Conselho ela é bastante proeminente, porque foi ou é
142 quem tem ciência do processo. Eu tenho acompanhado o movimento da
143 Câmara Minerária e realmente eu tenho críticas graves do que eu vejo
144 acontecer, porquê da experiência que a gente tem aqui na região, a gente
145 sabe que um estado com 854 municípios em que os SUPRAMs (trecho
146 incompreensível) já tinha dificuldade de cuidar de seus territórios, quando
147 você leva tudo isso para uma Câmara só concentrada, é uma coisa
148 humanamente impossível de haver uma análise cuidadosa e consequente
149 dos processos que estão sendo licenciados no evento. Então eu faço um
150 pedido àqueles que participaram do processo ou seja, que são sensíveis a
151 matéria e ao próprio SUPRAM no sentido que nos dê suporte para que a
152 gente possa examinar essa matéria com cuidado para que a gente garanta
153 ou pelo menos consiga uma certa vantagem no sentido de evitar tragédias
154 como a gente vê acontecer, obrigado.” Presidente Suplente Eliane Piedade
155 Alves Machado: “Ok, Conselheiro obrigada. Mais alguém? Alex.”
156 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Carlos Eduardo tem aí todo nosso
157 apoio nesse processo que teve umas discussões muito grandes na época,
158 inclusive se não me falhe a memória, foi colocado pelas comunidades e a
159 barragem deu até problema logo no início, teve um pequeno vazamento de
160 estrutura, aí depois a gente também perdeu com o Pimentel, as alterações,
161 a gente perdeu esse contato. Então, na verdade, eu não sei o quê que
162 aconteceu mais. Eu queria era salientar que a gente pediu aqui em agosto,
163 tem até a ver com a questão de barragem também, a questão Paraúna. A
164 gente solicitou aqui a SUPRAM e ao COPAM e especialmente a SUPRAM
165 pelo que se agende uma reunião conjunta com a CEMIG de estar
166 operando, opera uma PCH lá em Gouvêa desde 1927 e essa PCH não

167 tem licença. A gente já solicitou, a gente pediu informações, a gente listou
168 37 posicionamentos em cima da licença operacional corretiva que ela vem
169 fazendo. A gente acha exarada simplória, faltando várias documentações e
170 o que ela alegou em dezembro ela deu retorno, depois de 04 meses
171 informando que ela está fazendo procedimento que é solicitado. Teve
172 Licença Operacional Corretiva (inaudível) licença de empreendimento e
173 que ela está fazendo tudo aquilo que está sendo solicitado pelo órgão
174 ambiental, no caso aqui a SUPRAM, que é uma empresa maravilhosa,
175 ganhadora de vários prêmios nacionais e internacionais e de
176 responsabilidade, e a gente continua lá, com a barragem. Foi feito para
177 barrar a água em 1927 e hoje está barrando areia, tá? E ela continua
178 fazendo procedimento também, que a gente é contrário, vem sendo
179 autorizado pela SUPRAM que é a descarga de fundo. Então foi acordado
180 aqui que ela só faria isso com um volume de água muito grande, em
181 épocas de chuva, já não era o correto mas era menos volume e agora ela
182 já voltou no esquema antigo, de fazer a descarga de fundo em seca e isso
183 detona o rio na sua jusante da barragem. Então eu queria mais uma vez
184 solicitar, verificar assim com a nova diretoria essa possibilidade. A gente já
185 acionou o Ministério Público que tomasse também uma providência
186 relativa a isso e essa é uma preocupação de 20 anos, tá gente? Tem 20
187 anos que a Caminhos da Serra está batendo com isso, tem 10 que nós
188 estamos aqui tentando, desde 99 quando (trecho incompreensível)
189 começou e a gente está aí. Então eu não sei se essas tragédias que
190 aconteceram vão chamar a atenção, porque lá nem previsão de alerta, de
191 o quê que pode acontecer. Solicitamos que ela pudesse então nos dar um
192 certificado de segurança da barragem, não deram. Não, não,
193 desconversaram, então é uma solicitação que a gente está fazendo. E a
194 outra foi feita também que não aconteceu era solicitar a Quebec que
195 fizesse uma apresentação aqui nesse COPAM sobre a retomada do
196 projeto de construção de 03 PCH's a montante dessa PCH que já está
197 assoreada, quer dizer é uma coisa, a Cemig não consegue resolver o
198 problema de assoreamento e eles estão querendo construir mais 03 dentro
199 de um cânion que é um corredor ecológico importantíssimo para nós, eles
200 estão querendo construir 03. Existindo ali projeto, teve um projeto anterior,
201 não sei de quem agora." Não se identificou: "Eu acho que é (inaudível).
202 Não é o (inaudível) não." Conselheiro Alex Mendes Santos: "Até perdeu o
203 prazo e foi arquivado. Aí a Quebec, que eu até já falei aqui, é a construção
204 daquele projeto da ONG e depois foi discutido aqui, a gente foi contra e a
205 gente falou que não ia ter água para operar a barragem no Rio Pardinho e
206 no Monjolos. Foi aprovado e hoje está lá, não está operando por quê? Não
207 tem água. Então assim, essas coisas que vão acontecendo. Essa Quebec
208 que construiu e teve assim vários problemas lá na construção, ela pegou
209 agora o projeto da Hidrotérmica e reativou. E como mudou tudo a gente

210 fez a expedição em 2017 e quando foi ano passado, 2018, a gente
211 voltando do cânion, até parando com marcações de engenharia, de nível,
212 de topografia, barco lá dentro, uma série de coisas que a gente ‘Uai, o quê
213 que está acontecendo?’ Foi logo depois que começou a seca e a gente viu
214 que a Quebec já está com um processo mais avançado lá e aqui a gente
215 não sabe com que autorização que eles estão cortando árvore. A gente fez
216 até uma denúncia para a Polícia Ambiental, que tinha que ir lá. E o
217 problema porque são 03 municípios, estão em Gouveia, Santana do
218 Pirapama, Conceição e Monjolos, não é? Não, é Conceição está? É.
219 Conceição, Gouveia e Santana do Pirapama na área dessas, desse
220 (inaudível). Aí o quê que aconteceu? Eles tiraram daqui, que a gente
221 entende até como estrategicamente e levaram a casa de força que ia ser
222 do lado de Gouveia para o lado de Santana. Então isso caiu para Belo
223 Horizonte e não para cá as análises todas estão feitas nesse processo.
224 Então o que a gente pediu, foi acordado aqui. Como a gente já tinha toda
225 essa experiência da hidrotérmica que foi muito questionada e discutida aí,
226 ficou de se apresentar, ficou de se trazer que pé que está essa situação,
227 mas também não aconteceu não. É isso.” Presidente Suplente Eliane
228 Piedade Alves Machado: “Bom. Então mais algum Conselheiro só para dar
229 o andamento? Bom. Vou pedir o Wesley então que está aqui
230 representando a SUPRAM e como não posso fazer, às vezes, pedir a
231 SUPRAM para que o superintendente que seja nomeado e que tome
232 essas providências no sentido de articular essas reuniões. A gente passar
233 para os outros processos, nas 03 PCH’s já foram formalizadas. Não
234 Wesley?” Wesley, Supram/JEQ: “Nós levamos essa demanda do Alex à
235 época, não existe processo formalizado no órgão. Que se foi feito, a
236 empresa gerou um requerimento eletrônico e um formulário de orientação
237 básica na SUPRAM Central Metropolitana que segundo eles, houve um
238 projeto que foi, o maior impacto seria em Santana do Pirapama que é em
239 jurisdição da SUPRAM Central Metropolitana. Mas não tem nenhum
240 processo administrativo ou de licenciamento ainda formalizado em
241 discussão no órgão. O que pode dificultar a questão da discussão é que se
242 o processo vier a ser formalizado, para essa atividade na Paraúna, vai ser
243 discutido ao que parece na SUPRAM Central Metropolitana. Pode
244 dificultar, mas nada impede que uma vez formalizado o processo, o órgão
245 já trabalhando na análise dele, nós possamos solicitar que o
246 empreendimento, o empreendedor venha aqui nessa URC e apresentar o
247 projeto, eu não vejo impedimento. Mas no momento nós não temos como
248 fazer porque não existe processo administrativo formalizado em análise
249 junto ao órgão ambiental. Em relação a Cemig, PCH Paraúna, encontra-se
250 em análise em processo de licença de operação corretiva. Eu sugiro Alex
251 que talvez remarque uma reunião com o Gilmar, que é o Diretor de
252 Regularização, e com a Patrícia, que é a gestora do processo, para levar

253 as dúvidas e saber em que pé que está a análise desse processo, como é
254 que está o andamento dele para esclarecer. Porque eu não sei se já teve,
255 se já tiveram reunião com a equipe.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “A
256 gente pediu acho que a Patrícia na época, não sei se era a Maria
257 Fernanda, acho que era a Patrícia. A gente pediu para verificar. Aí tivemos
258 acesso ao PCA, RCA, (trecho incompreensível), não é? E aí vimos lá que
259 os estudos são péssimos. Primeiro que não tem estudo de ictionofauna.
260 Não tem estudo de nada. O básico não tem. Então fizemos um
261 levantamento lá com base secundária. Muito simples, e foi o que alertou a
262 gente ‘Opa, espera aí. O quê que está acontecendo?’ Aí chamamos a
263 Cemig no subcomitê de bacia. Ela fez a apresentação. Conheceram a
264 questão da dificuldade, inclusive, da questão da descarga de fundo, mas
265 ela não quer manter a descarga mecânica e que seria o ideal. Aí
266 solicitamos e protocolamos uma carta na Cemig para que pedir, para
267 promover essa reunião. Encaminhamos para cá solicitando a SUPRAM
268 para que promovesse essa reunião, como órgão licenciador ela e os outros
269 tivessem interesse, inclusive o COPAM. A carta foi para o COPAM
270 também. Foi mandada para cá e não tivemos, tivemos a resposta apenas
271 da Cemig informando que está tudo bem, que está ótimo e está
272 maravilhoso e que os estudos ela quer conferir tudo, não é? Então essa
273 situação já foi feita, essa comunicação.” Wesley, Supram/JEQ: “É um
274 problema de gestão, talvez vocês façam aqui na federação para convocar
275 a Cemig aqui e a equipe para apresentar o projeto, como é que está a
276 análise. Porque se eu não me engano, você falou a questão da descarga
277 de fundo. Se eu não me engano no processo tem uma outorga
278 desassoreamento, eu não sei se é mecânica, mas acho que junto a esse
279 processo estava em análise lá, posso estar enganado, que tinha um
280 pedido de outorga de desassoreamento. Aí eu não sei qual que seria o
281 sistema, a metodologia utilizada para fazer a retirada dessa areia lá.”
282 Conselheiro Alex Mendes Santos: “É. Eles têm a outorga, só que a gente
283 não concorda com o procedimento. Procedimento é que eles chamam de
284 balanço. Você tem essa barragem aqui e eles abrem a comporta de lá e a
285 areia vai descendo com a água para lá e aí na hora que esgota, eles
286 fecham a comporta de lá, abrem a de cá e começam a empurrar areia
287 mecanicamente também para o rio e isso acaba com o rio. Isso acaba com
288 qualquer rio, biótipo lá embaixo. Principalmente quando é feito, e foi a
289 primeira reclamação em uma reunião lá em Jequitinhonha, não sei se
290 vocês lembram, foi quando a gente chamou lá e nessa reunião, após essa
291 reunião eles fizeram esse procedimento e serviu até para ser base da
292 Cemig toda, tem uma execução nisso que era de fazer essa, esse
293 desassoreamento só em um determinado volume de água durante as
294 chuvas, mas aí eles começaram a alegar que era muito difícil, com esse
295 volume de água e tal. Mas quando tem não faz também. Aí entra a seca, aí

296 quer fazer.” Wesley, Supram/JEQ: “Então eu acho que realmente seria
297 melhor, talvez fazer aqui uma deliberação de convocação para que seja
298 apresentado o projeto aqui do que está em discussão, como é que está a
299 análise desse processo e que acho (inaudível) melhor situação. Então
300 agendar uma reunião com a equipe técnica novamente para ver como é
301 que está o status do processo, da análise desse processo. É público as
302 informações, qualquer um pode ter acesso a elas.” Conselheiro Alex
303 Mendes Santos: “É. Eu sugeriria a gente chamar a equipe técnica primeiro
304 para a gente discutir e são, nós apontamos lá 32 perguntas e nenhuma foi
305 respondida pela Cemig, ela não respondeu nenhuma. Simplesmente falou
306 que está cumprindo, que ia solicitar pela Área Técnica que o processo é
307 diferente de licenciamento inicial e que eles são os melhores no Brasil
308 nisso aí. Então é isso. Agora aí um questionamento com relação a se ele
309 não tem nenhum procedimento de entrada de solicitação de licenciamento
310 da Quebec, como que ela está atuando lá com estudos profundos, a
311 equipe toda semana, sem fazer levantamentos, já pintaram as pedras
312 todas lá. Estão fazendo topografia, abriram picadas, recuperaram as
313 tomadas de análise de vazão de água, recuperaram, trocaram descarga de
314 lado e estão fazendo esses estudos. Eles têm autorização para fazer isso?
315 No meu entendimento não teriam.” Wesley, Supram/JEQ: “Acho que a
316 gente tem que separar as coisas. Estudos preliminares podem ser feitos.
317 Por exemplo, se houver necessidade de fazer o empreendimento em si,
318 que é o projeto mesmo depois de todos os levantamentos primários e
319 secundários, e chegar a um estudo com uma conclusão, essas análises
320 preliminares aí conforme o caso, elas não são passíveis de licenciamento
321 ambiental. Por exemplo, serviço de engenharia, às vezes, lá de
322 levantamento de dados. Em relação ao licenciamento. O que pode
323 acontecer são o quê? Para ele fazer determinados trabalhos, ele vai
324 precisar fazer supressão de vegetação, um acesso. Ele vai ter que buscar
325 o quê? A regularização junto ao IEF e pedido de supressão de vegetação
326 nativa. Vai intervir em recurso hídrico? Ele também se aquela necessidade
327 ensejar em alteração do regime da qualidade da água eles vão ter que dar
328 uma outorga. Se estão fazendo coletas da ictionofauna, isso tem que ter
329 autorização de fauna do IEF para poder colher espécimes, enfim. Isso tem.
330 Mas não necessita de um licenciamento. São autorizações específicas
331 para determinadas atividades. A gente não sabe se isso está ocorrendo.
332 Mas se estiverem ocorrendo tem que se fazer, quem tem conhecimento
333 disso faça a denúncia, pode ser feita no (trecho incompreensível), junto a
334 Polícia Militar Ambiental ou junto a Diretoria de Fiscalização para gente
335 poder anotar isso. Houve abertura de acesso? Supressão sem
336 autorização? Tem que ser autuado. Foi necessário fazer uma travessia de
337 recursos, alguma intervenção em curso hídrico? Vamos verificar se era
338 bacia de (trecho incompreensível) ou se era bacia de outorga. Está sendo

339 feito coleta de fauna? Então, seja de ictionofauna, seja fauna silvestre com
340 a captura de animais, isso tem que ter autorização. Senão pelo menos que
341 seja do meu conhecimento, não existe aqui na jurisdição da SUPRAM
342 Jequitinhonha e, creio também no IEF, nenhum procedimento nesse
343 sentido. Eu não sei se há na SUPRAM Central. Também a gente não sabe
344 se eles estão com a proposta de modificar o projeto e que o impacto se
345 dará mais no município de Santana do Pirapama ou não mais Gouveia que
346 era em Conceição à época, e esses atos autorizativos são solicitados
347 junto, se eu não me engano o caso do IEF de Curvelo e também para
348 autorização de fauna, seria o IEF também, não sei se seria em BH ou em
349 Curvelo, mas acho que seria na sede lá em BH. A gente não tem a
350 informação, temos como.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “A dificuldade
351 é essa, porque aí o (trecho incompreensível), não é? Aí (trecho
352 incompreensível) diz ‘Não é comigo. É Santana do Pirapama.’, aí Santana
353 do Pirapama ‘Ah, não é comigo, é com Sete Lagoas.’. E aí vira (inaudível)
354 contato com Sete Lagoas ‘Ah, nós vamos, mas...’ aí até hoje, já tem 01
355 ano que eu estou esperando lá. A não ser se eles foram ontem, mas se
356 vieram ontem. Mas essa dificuldade que a gente tem lá que é de
357 jurisdição. De um ponto é aqui. Até o chupa-cabra ali, é para cá e chupa-
358 cabra para baixo é Curvelo e do lado esquerdo já é Santana do Pirapama
359 em Belo Horizonte. Nós estamos em um mata-burro que fica difícil. Mas é
360 isso. Talvez a sugestão seria convoca-los para... É, eu não sei o que fazer
361 realmente.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Eu acho que pelo
362 que você colocou, pelo que estou analisado como Doutor Wesley aqui, nós
363 temos algumas coisas que são bem evidentes. Principalmente quando o
364 Wesley falou de várias situações, mas eu acho que tem uma aqui
365 bastante, assim, relevante, e tem pressão em APP existe registro especial.
366 As outras você vai ter até condições de liberação (inaudível). A APP só se
367 tiver registro especial. Você não interfere em APP a não ser que tenha
368 licenciamento, tenha licenciamento consolidado ou então utilidade pública.
369 Não há como se fazer intervenção em APP por meio simplesmente de
370 licenciamento no IEF. Você não está suprimindo, não é uma supressão? É
371 intervenção em APP. (Inaudível) intervenção em APP sempre tem algum
372 instrumento legal para ir baseando e enquadrar isso. E no caso como você
373 está relatando, a intervenção está acontecendo nas margens e há
374 incidência de jurisdição da SUPRAM Jequitinhonha. Que deveria ser no
375 mínimo ser comunicado. Eu acho que no mínimo por uma questão de
376 debates de poderes, é um absurdo que se faça uma coisa, a não ser que
377 seja (inaudível). Porque são órgãos que tem jurisdição, que trabalha dentro
378 da área que são a mesma instituição, ela tem que ter ciência do que está
379 acontecendo no território de jurisdição dela. Acredito que para nós caberia
380 exatamente a gente fazer um documento do Conselho, no meu
381 entendimento, inclusive com a presença do Ministério Público, com a

382 intervenção do Ministério Público, que o curador do meio ambiente, vamos
383 dizer, faz essa fiscalização de forma ostensiva, institucional no sentido que
384 a haja uma verificação dos atos da empresa, do empreendedor, no sentido
385 de verificar a regularidade deles. Acredito que isso é importante. Nós
386 acompanhamos esse procedimento desde a hidrotérmica que foi o
387 processo que como você descreveu bastante analisado, bastante inclusive
388 pela relevância para a região que a gente conhece. Pela importância,
389 principalmente, no momento do que está passando por todo esse
390 problema dos impactos hídricos no microssistema. Então eu acho que teria
391 que a gente formulasse aqui uma deliberação, um ofício no sentido de
392 buscar esclarecimento dessa situação (inaudível). E quando é duro, é
393 (inaudível). Isso é uma história de (trecho incompreensível) também,
394 quando eu entrei no COPAM em 2006, ou 2007 eu acho, essa história já
395 vem se arrastando. Eu acho que isso é uma das coisas que a gente tem
396 que, estão sendo levantadas que a gente tem que questionar que esses
397 superpoderes das corporações. Tem corporações que tem superpoderes,
398 você tem uma classe, um pobre coitado lá da roça que a ambiental vai lá e
399 multa e ele está desesperado, porque não tem escapatória e tem os
400 isentos, os excepcionalistas que podem fazer tudo sem que nada seja
401 acompanhado. Então eu acho que, inclusive, se a gente ver um processo
402 desse, desassoreamento, na verdade, eu não estou vendo
403 desassoreamento nenhum, você está vendo assoreamento. Porque se ele
404 solta a represa com o disjuntor, que seria o curso normal e solta dentro do
405 curso do rio, ele está fazendo com que esses impactos continuados que
406 não permitem que a fauna e a flora se recuperem, o ecossistema está
407 morto. Porque a hora que começa a melhorar, você vai lá e lava ele, e
408 arrebenta ele todo, soterra ele todo. Isso é uma insanidade que uma
409 empresa que se diz para trazer benefício para a sociedade, para trazer,
410 vamos dizer, recursos porque uma das grandes alegações das empresas
411 empreendedoras é de estar trazendo utilidade pública e trazendo renda
412 para melhor a qualidade de vida da população. E nós estamos na verdade
413 é tendo um passivo que, às vezes, está ganhando aquilo, os impostos,
414 chamados impostos, não paga o dano ambiental e seus efeitos sinérgicos
415 dentro sistema. Então eu acho que isso aí é uma das coisas que eu acho
416 que a gente sempre conversou sobre a importância do Conselho no
417 sentido de começar a ir a fundo nas questões sobre as políticas, como elas
418 são construídas. A persistência desses atos deletérios, ela tem que ser
419 quebrada. Uma hora a gente tem que interferir para que a gente tenha
420 umas coisas virtuosas nesse processo, porque ele está muito feio, está
421 muito feio, não é? Essa que a gente discutiu, passa sempre por ela lá e ver
422 que um absurdo ela não ter solucionado essa questão, por uma questão
423 de mesquinha de recursos. Porque se ela criasse um a logística até
424 para emprego, para a destinação dessa areia. Mas ela não quer saber

425 disso. O que ela pensa é no lucro imediato, o que ele vai receber. Agora
426 investidores internacionais, que não estão preocupados em saber o que
427 vai acontecer. Eles estão preocupados em saber qual é o balanço anual.
428 Então nós temos que também eu acho que caberia um encaminhamento à
429 Cemig, para ela vir aqui e fazer um plano de negócios. Para apresentar
430 qual o plano dela e os custos que, às vezes, também é uma coisa que eu
431 sempre coloco na hora que a gente vai discutir essas coisas. Eu quero
432 saber a planilha de custos. Para saber quanto que fica para a empresa,
433 quanto que a empresa ganha e quanto que a sociedade ganha e quanto
434 que a sociedade perde. Então tudo tem custo. Na hora de contar, falar
435 para a equipe que vai trazer dinheiro, vai trazer imposto, eles enchem a
436 boca. Agora camufla, escamoteia o passivo. Cria um custo que nenhum
437 sabe. Que depois eles vão embora e fica o passivo lá para gente para
438 solucionar, a gente ter como sanar esse passivo. Então eu acho que deve
439 sim encaminhar no meu entendimento, para agilizar esse processo, eu
440 acho que tem que chegar e oficializar e é a nossa competência. Mesmo
441 que a gente hoje não tenha mais a competência de licenciamento, mas a
442 gente tem competência de acompanhamento e de soluções de políticas de
443 território. Mas cabe a nós. Ou então é uma bobagem ficar aqui. Então só
444 para gente ficar aqui legitimando a análise de recurso, quer dizer, me
445 desculpem. Eu até peço desculpas para vocês. Estou (inaudível) um
446 pouco, mas é porque, é, eu saí de Conceição, andar 150 quilômetros para
447 chegar aqui para analisar recurso de multa? É difícil. Eu me candidatei e
448 não, até que esperasse de vocês que continuando dessa forma, eu gosto
449 muito de participar desses conselhos, mas não vou me prestar esse tipo
450 de coisa, de vir aqui para julgar recurso de posto de gasolina e de coisa
451 que com pareceres que são claros, que no final a gente tem que ir para
452 referenciar, porque (trecho incompreensível) é altamente competente para
453 isso, entendeu? Tanto que está estimando e os atos públicos que são de
454 interesse, que são a política de compartilhamento decisório, essa a gente
455 não participa mais. Fica com uma turma, sem desmerecer, mas até da
456 impossibilidade real de isso acontecer, a turma de ausente, que fica lá em
457 Belo Horizonte para não sei quantos milhões de quilômetros quadrado,
458 que não tem condição de controlar, centenas de milhares de quilômetros
459 quadrados e em um estado gigantesco, um país da Europa. Então não tem
460 jeito. Então eu acho que cabe nesse ponto que a gente encaminhe para
461 que a Cemig preste conta e que o Ministério Público, que tem também
462 essa função, acompanhe que também a gente fica desarmado. Porque
463 tem que, eu acho que foi um dos atos piores que eu vi nessa gestão foi o
464 de retirar o Ministério Público das decisões deliberativas, porque era o
465 único em tese efetiva, tinha força para poder ficar negociando e eles
466 espertamente, dizem que é para simplificar o licenciamento, para agilizar o
467 licenciamento, se isso é o termo que eu acho correto. Eu acho que é uma

468 demagogia, não é fato, retiraram do Ministério Público, então a gente não
469 tem força nenhuma. A gente fica aqui isolado, principalmente da sociedade
470 civil, sem ter como representar os interesses da sociedade. Ouvindo o
471 clamor e chega aqui já vem tudo armado, porque 50% é do governo, o
472 resto é que é amigo do governo. Então ficar difícil da gente deliberar
473 qualquer coisa. Então acho que cabe, que esse caminho realmente, e
474 esses empreendedores que eles venham prestar esclarecimentos e que se
475 tomem as medidas cabíveis dentro da realidade do que a legislação
476 preserve.” Vítor Hugo, Supram/JEQ: “Boa tarde. É só aqui em função do
477 que o senhor falou Alex, em vez de você talvez ficar procurando policar
478 edital com tal GP e tudo mais, recomendo você trazer essa demanda
479 diretamente para o grupo de denúncias, o NUDEN que no NUDEN vai
480 fazer a devida triagem para saber quem seria o setor ou o local
481 responsável para atender. Então se tivesse ido no NUDEN, conversado
482 com a Alessandra lá no nosso NUDEN aqui, ela poderia muito bem pegar
483 essa demanda e direcionar. Não vai ser a por isso, o GP de tal regional ou
484 então a diretoria de fiscalização tanto aqui do Jequitinhonha ou a da
485 Central Metropolitana. Então em vez de você ficar correndo de um lado
486 para o outro, então o NUDEN serve para centralizar esse tipo de situação.
487 Só isso.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Acho que falta os
488 dois assuntos. Fazer uma proposta de encaminhamento. Sobre o
489 (inaudível) que o Ministério Público, pode ser feito isso pela parte, não é?
490 Qualquer dúvida a gente pode conversar depois, mas tem lá no (trecho
491 incompreensível) em mg.mp.br. Tem ouvidoria, tem a parte que aí você
492 subir as fotos coordenadas, relatar essa história que a gente pode achar o
493 melhor caminho para chegar (inaudível) para o Ministério Público. A outra
494 coisa é, (inaudível) a gente (inaudível) o relato e a gente segue o
495 procedimento. Mas pela página eu acho que é mais ágil e (inaudível).
496 Sobre a questão desse (inaudível), sugerir a (inaudível) já que colocaram
497 essa proposta em votação, para gente poder (inaudível). Bem. Então a
498 gente colocasse a convocação tanto da equipe técnica quanto do
499 empreendedor para a gente poder ver a questão lá do Paraúna e aqui a
500 gente tirar as dúvidas, se for o caso, pega informação então um com a
501 outra, acho que não precisa chamar a equipe técnica, nesse momento
502 mesmo a gente já resolve e tira uma monte de dúvidas.” Presidente
503 Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Só para eu entender. Porque o
504 Alex a princípio sugeriu de ser só a equipe técnica da SUPRAM que está
505 analisando e depois em um segundo momento o empreendedor?”
506 Conselheiro Alex Mendes Santos: “É. Eu entendo que seria interesse
507 porque já tem, eles dariam lá dados do RCA, para (inaudível) do PCA. Eu
508 vou trazer as 30 e poucas questões que a gente fez em cima desses
509 processos para gente discutir aqui porque isso é ruim que nós não, porque
510 se a Cemig vier, nós vamos gastar mais tempo e não vamos conseguir.

511 Então a gente discute tudo e a partir daí a gente resolve o processo com a
512 Cemig. Eu acho que é importante é discutir aqui primeiro com a SUPRAM.”
513 Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Bom, Conselheiros,
514 nós vamos propor o encaminhamento das duas propostas sugeridas aqui
515 no item 03 de Comunicados aos Conselheiros. Que seria de convocar a
516 equipe analista do empreendimento PCH Paraúna, que seria a equipe da
517 Supram Jequitinhonha para esclarecimentos acerca da análise desse
518 processo. A gente acredita que já na próxima reunião e aqui eu conversei
519 com o Vitor Hugo, a partir da deliberação aqui dessa reunião, o próprio
520 NUCAM tomar essa iniciativa de solicitar a apresentação dos atos
521 autorizativos em relação as intervenções que estão ocorrendo nesse
522 levantamento dos estudos do complexo Quartel 1, Quartel 2 e Quartel 3.
523 Só que aí precisava saber quais são esses pontos. Ah ótimo. Então tá. A
524 Cristiane está dizendo aqui, comunicando que a próxima reunião vai ser 16
525 de maio. Então para 16 de maio a gente inclui na pauta, Cristiane, essa
526 apresentação pela equipe analista do PCH Paraúna, está ok? Então
527 Conselheiros, coloco em votação a sugestão dessas duas propostas de
528 encaminhamento do item 03, Comunicados dos Conselheiros. Os que são
529 favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.” **4. EXAME DAS ATAS**
530 **DA 103ª RO DE 23/11/2017, DA 104ª RE DE 20/12/2017, DA 105ª RO DE**
531 **10/05/2018 E DA 106ª RO DE 09/08/2018.** Presidente Suplente Eliane
532 Piedade Alves Machado: “Bom, item 04 da pauta, a gente tem o exame
533 das atas da 103ª Reunião Ordinária realizada em novembro de 2017, 104ª
534 Reunião Extraordinária realizada em dezembro de 2017. 105ª Reunião
535 Ordinária em maio de 2018 e 106ª Reunião Ordinária realizada em agosto
536 de 2018. Algum destaque para essas atas? Então em votação.
537 Conselheiros favoráveis a aprovação das atas constantes do item 04 da
538 pauta permaneçam como estão. Aprovadas. **6. PROCESSOS**
539 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE AUTOS DE**
540 **INFRAÇÃO.** Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Bem, a
541 gente tem uma proposta aqui da inversão da pauta que o Wesley tem um
542 compromisso de horário. Inverter, ao invés do item 05, a gente antecipar o
543 item 06 da pauta que é sobre o exame dos recursos de Auto de Infração
544 na sequência a gente faz o item 05, ok? Bom, então o item 06 da pauta,
545 nós temos Processo Administrativo para Exames de Recursos de Auto de
546 Infração. São 07 processos. Nós estamos retirando de pauta o item 6.5,
547 Frederico Otávio Baracho em relação ao Auto de Infração n. 67328/2016
548 por ser uma competência, a competência de julgamento ser do
549 Superintendente e não dessa URC. Eu pergunto aos Conselheiros se tem
550 algum destaque, algum pedido de esclarecimento, de discussão para
551 algum desses itens? Nenhum? Bom, então são 07, são 06 recursos cujo
552 parecer e conclusão é pelo indeferimento do recurso e manutenção das
553 penalidades. Então em votação, Conselheiros favoráveis ao indeferimento

554 dos recursos de Auto de Infração, conforme itens 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.6 e
555 6.7 da pauta nos termos do Parecer da SUPRAM Jequitinhonha
556 permaneçam como estão. Aprovado.” **5. INFORMAÇÕES SOBRE O**
557 **DESASTRE DA BARRAGEM 1 (MINA CÓRREGO DO FEIJÃO).**
558 **APRESENTAÇÃO: SUPRAM JEQ. Presidente Suplente Eliane Piedade**
559 **Alves Machado**: “Então agora vamos ao item 05, é o Vítor Hugo, Diretor de
560 Fiscalização aqui da SUPRAM Jequitinhonha que vai fazer uma
561 apresentação sobre o desastre da Barragem 1, Mina Córrego do Feijão.
562 Vítor Hugo, Supram/JEQ: “Bom gente, boa tarde novamente. Atualmente
563 estou como Diretor de Fiscalização aqui da SUPRAM Jequitinhonha e uma
564 forma que a SEMAD teve para poder apresentar, assim, um pouco mais
565 em imagens, quais foram as suas URCs, foi uma solicitação, determinação
566 por parte da SEMAD para apresentar todas as URCs de Minas Gerais
567 essa apresentação que nada mais é do que uma consolidação daquelas,
568 os comunicados que a SEMAD tem feito rotineiramente em seu site, nas
569 redes sociais, informando a população sobre a situação, tanto o
570 acompanhamento quanto o pré, a situação anterior ao desastre no caso da
571 Barragem, do rompimento da Barragem da Vale em Brumadinho. Então,
572 essa apresentação ela vai ficar muito focada tanto na forma com que a
573 mídia tem apresentado com algumas das informações que foram
574 observadas em redes sociais, de como a sociedade está pegando,
575 entendendo a coisa. Então a forma aqui é para evitar novas dúvidas ou
576 situações que de fato não são o que aconteceu de fato. Então em termos
577 de entender, como vocês todos bem sabem, que nós estamos aqui em
578 uma URC, o licenciamento em Minas Gerais, de conforme a DN 217, ela
579 prevê a questão da análise locacional e em relação ao porte e ao potencial
580 do empreendimento. Então no porte do empreendimento, avalia-se como a
581 área útil, volume, produção, etc., e o potencial são os impactos, os
582 aspectos ambientais que podem causar no solo, na água e no ar. Então
583 essa divisão que gera a classificação do empreendimento conforme o
584 processo de licenciamento e tudo mais, ela não tem uma relação ao risco
585 da atividade. Então no processo de licenciamento ambiental de acordo
586 com a DN 217, não se avalia o risco associado a essas atividades, então
587 somente o porte e o potencial do empreendimento. Com a 217, como EU
588 disse, adotou-se ainda os critérios locacionais que representa as
589 características mais relevantes para se avaliar um empreendimento em um
590 determinado local. Então dando mais possibilidades de fazer uma análise
591 técnica mais criteriosa em relação àquela localidade específica. Então a
592 217 traz essa novidade do critério locacional. E ainda gera essas
593 modalidades que foi o licenciamento ambiental simplificado. O ambiental
594 concomitante e o trifásico que já existia anteriormente. Então compondo
595 essa classe, esse quadro esquemático que nós temos aqui, entende-se
596 que quanto mais se trata no fundo, quanto mais à direita e abaixo, mais

597 demorado é o prazo para tanto para a operação e, muitas vezes, até
598 mesmo como análise para fazer o processo de licenciamento ambiental.
599 Assim em termos de licenciar, autorizar algo, todos nós aqui bem
600 sabemos, das 06 classes que nós tínhamos, somente essas 03 aqui por
601 último no canto em amarelo, ficam a (trecho incompreensível) das
602 Câmaras técnicas do COPAM, enquanto as outras ficaram nas mãos dos
603 Superintendentes, seja na forma de LAS Cadastro ou LAS / RAS nesses
604 casos ali. Então esse tipo, a modalidade deu isso, um novo licenciamento
605 deu isso. Certo. Uma vez que cabe um pouco sobre essa questão, que
606 aqui eu acho que é praticamente chover no molhado, penso que tem
607 também a questão das barragens e rejeito de mineração. Então elas são
608 estruturas vinculadas a produção mineral e necessários para a disposição
609 das circunstâncias sem valor econômico imediato e de análise durante o
610 processo de licenciamento de beneficiamento de minério. E como já está
611 bem falado também na mídia, essas estruturas nem sempre são iguais. E
612 nesse caso específico, o mais importante a se entender é que o que mais
613 diferenciam elas é a forma de construção. Qual que é o método de
614 construção de cada uma delas. Assim, é conhecido que há três tipos de
615 métodos construtivos para barragens de mineração, de rejeitos de
616 mineração. E tem os processos de construção de alteamento a montante,
617 ou seja, o processo de construção ele aumenta a capacidade da
618 barragem, utilizando parte, do seu rejeito ali no fundo como estrutura para
619 poder galgar cada vez mais alto, que é aquele primeiro. A de linha de
620 centro, quando você usa a própria linha de centro da barragem, da
621 estrutura da barragem, como linha principal para a sua construção. E a
622 jusante, quando você usa no sentido contrário ao barramento, no sentido
623 natural daquele fluxo de água que ali existia, para você poder fazer um
624 alteamento dessa barragem. Essa diferença ela é muito importante para
625 entender tanto assim os possíveis motivos para essa questão de
626 rompimento, bem como também para entender o porquê que cada uma
627 delas é mais segura ou não que a outra. Como vocês podem perceber,
628 utilizando ali aquele na imagem, o dique de partida e a parte em vermelho,
629 ali as (trecho incompreensível) não são das melhores, mas na parte em
630 vermelho seria os alteamentos que seriam feitos em cima desse
631 barramento, desse dique, nós podemos notar que a jusante, ela apresenta
632 uma base muito maior do que as outras e isso gera um indício muito
633 interessante para entender o como esse (trecho incompreensível) ele é em
634 termos de riscos de um eventual rompimento ou coisa do tipo. Então nós
635 notamos também que na própria literatura, os desastres que ocorrem, os
636 rompimentos que ocorrem em barragens, no geral eles são de processos
637 de (trecho incompreensível) a montante. Então é importante salientar isso:
638 que há vários tipos de barramentos em mineração, há vários tipos de
639 barragem em mineração, mas em termos de barragem de rejeito, as

640 principais diferenças é justamente esse método construtivo. Tanto no caso
641 da Samarco na Barragem de Fundão na Mina Germano, quanto essa na
642 Mina do Feijão, córrego do Feijão, as duas eram do tipo alteamento a
643 montante. E em relação ao que foi bastante difundido na mídia que havia
644 uma diminuição da classe em função de uma nova modalidade, há de se
645 entender que nós temos dois casos diferentes aí. São duas atividades que
646 podem ocorrer em uma barragem de rejeito que são passíveis de
647 licenciamento pelo órgão ambiental. O quê que eu estou falando? O ato de
648 dispor o rejeito na barragem, o ato de reaproveitar aquele rejeito com
649 finalidade econômica. Então se nós olharmos o corte do ato de expor a
650 barragem, expor o rejeito daquela barragem, tanto na 74 como eu vou
651 mostrar daqui a pouco, como na 217, o potencial poluidor ele é grande e
652 no ato de você retirar aquele material para reaproveitamento econômico é
653 médio. A ideia disso é justamente porque dispor de rejeito, colocar rejeito
654 em uma área ela é potencialmente mais danosa ao meio ambiente do que
655 você retirar aquele rejeito. Por isso que tem essa diferença nesses dois
656 códigos. Assim, no processo de licenciamento ambiental, quando entra um
657 processo de... Uma barragem, um alteamento ou então no caso o
658 aproveitamento econômico daquele rejeito, tem que se ter uma diferença
659 grande entre o que cabe ao SEMAD e o que cabe a entidade responsável
660 pela outorga do rejeito mineral. No caso a ANM, antigo DNPM para
661 tratamento de mineração. Então uma vez que é solicitado à SEMAD a
662 questão de uma eventual, a SEMAD, SUPRAM, uma eventual construção,
663 alteamento ou aproveitamento de rejeito de uma barragem, há toda uma
664 análise em relação aos elementos socioambientais daquela atividade,
665 daquele instrumento, daquela estrutura, ou daquele empreendimento e a
666 consulta aos órgãos responsáveis, tanto a questão dos aspectos
667 socioambientais, IEPHA, IPHAM, FUNAI, Fundação Palmares e outros
668 entes federados. Enquanto que a estrutura, a estabilidade, a segurança
669 daquela barragem, ela fica condicionada tanto ao empreendedor, quanto a
670 entidade responsável pelo direito mineral, no caso a ANM. Assim,
671 conforme a Lei 12334 que traz a Política Nacional de Segurança de
672 Barragem, 2010, ela prevê muito bem essas diferenças de quem é a
673 responsabilidade em relação a estrutura, essa obra da barragem. Então,
674 por exemplo, no caso que sejam barragens para a utilização de água de
675 irrigação, da captação e tudo mais, o acúmulo de água para esse tipo de
676 finalidade, a responsabilidade é tanto do SISEMA, na figura do IGAM,
677 quanto da ANA, no caso seja uma barragem que tem limites federais. Se
678 for para uso de potencial hidroelétrico, a ANEEL. Se for questão de direitos
679 minerais, a ANM. E se for uma questão de barragem de rejeito industrial,
680 isso novamente volta ao SISEMA na figura da FEAM ou do IBAMA se for
681 nível federal. Então, por exemplo, no caso do barramento lá de Gouvêa, a
682 estabilidade dela fica como a responsabilidade junto a ANEEL. A

683 estabilidade não a operação em si, os aspectos socioambientais da
684 operação da atividade. Então a Política Nacional de Segurança de
685 Barragem, para justamente essa definição que foi corroborada com o
686 Parecer da AGE que defende justamente que a competência em relação à
687 segurança, a estrutura da barragem é desses órgãos. É um parecer que
688 basicamente presença a lei novamente, que é essa lei da Política Nacional
689 de Barragens. E ainda também junto, acrescenta o parecer do TCU e
690 também volta a falar novamente do papel do órgão fiscalizador na época,
691 então o DNPM, que no caso específico de barragens para disposição de
692 rejeitos de mineração. Então é entender tanto na Política Nacional de
693 Segurança de Barragem, com alguns pareceres do TCU, AGE, de que a
694 estabilidade fica a cargo do empreendedor, a empresa é responsável por
695 garantir a estabilidade daquilo e o ato de fiscalizar essa barragem é do
696 respectivo órgão responsável por aquela finalidade. Então com essa
697 portaria do DNPM 70339/2017 que criou o cadastro nacional de barragem
698 de mineração, o sistema integrado de gestão de segurança de barragem
699 de mineração e ainda estabelece a periodicidade de execução e
700 atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos e o conteúdo mínimo
701 do detalhamento do Plano de Segurança de Barragem. Das inspeções e
702 tudo mais que envolve de dentro da Política Nacional de Segurança de
703 Barragens. Considerando que compete ao DNPM no âmbito das (trecho
704 incompreensível) fiscalizar as atividades de pesquisa e lavra,
705 aproveitamento mineral e a segurança de barragens destinadas a
706 disposição de rejeitos resultantes dessa atividade. É uma portaria bastante
707 longa e nesses tempos de Brumadinho, como também do caso de
708 Mariana, é uma portaria que merece ter bastante atenção e bastante
709 análise dela, porque muitas coisas ali a gente não tem tanto conhecimento,
710 eu falo a gente no geral, público no geral. Assim, de forma mais resumida,
711 a SEMAD vem informar que as atividades licenciadas pelo Estado de
712 Minas Gerais ela envolve a disposição e o reaproveitamento de rejeitos em
713 uma barragem, sendo que é diferente a disposição do reaproveitamento e
714 também é diferente da descaracterização e o descomissionamento.
715 Atividade que não é licenciada, descaracterizar uma barragem ou
716 descomissioná-la, não é licenciada. Se uma empresa de mineração tem
717 uma barragem no seu empreendimento e quiser descomissionar ela, vai
718 descaracterizar e não envolve aproveitamento econômico daquele material
719 que ali se encontra, não é passível de licenciamento pela SEMAD, exceto
720 se tiver algum tipo de nova intervenção, tanto em recurso hídrico quanto
721 em vegetação, coisa do tipo. Mas a atividade em si da descaracterização
722 da barragem, ela não é objeto de licenciamento. No caso, voltando para o
723 caso da Barragem de Fundão, desculpa, da Barragem do Córrego do
724 Feijão, na linha temporal dela, ela foi feita em 1976, na época inclusive não
725 tinha processos de licenciamento, ele começou naquela época. A primeira

726 licença corretiva dela foi em 92, que foi ali está em 1992, o item C e com o
727 passar do tempo, ela foi tendo licença de operações corretivas e
728 revalidações e tudo mais, até que em 2015 houve o pedido para fazer o
729 reaproveitamento daquele material que ali se encontrava para poder fazer
730 o descomissionamento. Eu aproveitaria o reaproveitamento para
731 descaracterizar e descomissionar aquela barragem. Então aqui é
732 importante salientar isso. Descaracterizar uma barragem, é o momento da
733 engenharia, da técnica de engenharia de você transformar, aquela
734 barragem, deixar de funcionar como uma barragem. Então você
735 simplesmente, a barragem tem aquela estrutura de cortar o leito de um rio,
736 por exemplo, e barrar algo, no caso o rejeito. A partir do momento que
737 você faz obras para aquilo deixar de ser barragem, deixar de barrar algo e
738 tornar um volume de estrutura, isso é descaracterizar. Em 2015 dado o
739 valor econômico que seria, o retorno econômico daquele material que ali
740 se encontrava, a Vale assumiu a possibilidade, quis, como todo o processo
741 histórico demonstra, de que iria fazer essa descaracterização por meio do
742 descomissionamento para retirar o material que era rentável para ela e
743 assim acabar com aquela barragem. Isso começou em 2015, inclusive,
744 com até com um pedido junto, do próprio Ministério Público para
745 descaracterizar logo essas barragens, uma vez que é necessário que isso
746 acontecer. Enfim, aconteceu que em 2019, houve o pedido da revalidação
747 da operação em 2017, só que a partir de 2016, não havia mais disposição
748 de rejeito ali, informação essa colocada pela Vale que foi constatado em
749 campo, em atividades tanto no processo de licenciamento para o
750 reaproveitamento do material, como também para outras análises de
751 controle ambiental. Então isso eu fui observar que desde 2016, não havia
752 mais disposição de rejeito naquele barramento, embora ele estivesse com
753 licença ambiental que permitisse acontecer isso ainda. E aconteceu que
754 agora em dezembro de 2018, houve a emissão, houve a publicação em
755 reunião da CNI, onde que foi liberado, concedido a licença para o
756 reaproveitamento do material que ali se encontrava. Ocorre que essa
757 licença inclusive nem chegou em mãos da Vale por uma questão
758 burocrática do processo de compensação ambiental. Então enquanto a
759 Vale não tivesse resolvido uma questão cartorial da compensação
760 ambiental que estava envolvida ali, ela não poderia começar a operar,
761 então a licença não chegou em mãos dele inclusive e em 25 de janeiro
762 desse ano, ocorre esse desastre, essa tragédia que, enfim. Assim, o
763 processo de licenciamento ambiental que estava envolvido naquele caso,
764 que era basicamente isso, você tinha uma barragem, construção a
765 montante com o rejeito ali, o resíduo. Boa parte daquele material tinha uma
766 finalidade econômica, então isso ia passar por uma mineroduto interno, ia
767 passar por sistema de beneficiamento com o restante, o rejeito desse
768 rejeito ia ser disposto em cava, uma cava já exaurida e o que fosse retorno

769 financeiro ia ser utilizado para a comercialização e no final do processo,
770 aquele descomissionamento total daquele barramento ou o futuro
771 reflorestamento. Assim, (trecho incompreensível) aqui de 05 códigos, as
772 atividades que foram objeto de licenciamento nesse processo, foi a
773 unidade de tratamento mineral, a pilha de rejeito externo de minério de
774 ferro, a disposição estéril do rejeito dentro de cava, o reaproveitamento
775 dos bens minerais, que é essa questão da comercialização e também o
776 mineroduto ou o rejeitoduto externo aos limites do empreendimento. Então
777 não havia a possibilidade, não havia como prever, não houve a previsão
778 de disposição de rejeitos. Abriram-se muito isso, porque nos primeiros
779 momentos após a tragédia, houve bastante informação de que houve o
780 licenciamento para permitir, para ampliar aquela barragem ou ampliar.
781 Não. O licenciamento não prevê a disposição de rejeito. Assim olhando em
782 imagem, nós tínhamos a Barragem 1, essa aqui infelizmente veio a
783 romper. Nós tínhamos a barragem 6 que tem mais função de recirculação
784 de água e aqui na parte da unidade do tratamento de minério, tem lá em
785 cima a cava do Feijão. Dentro do projeto deles, como pode acompanhar
786 aqui na imagem, esse minério ia ser tratado aqui e o rejeito ia colocar lá na
787 cava. A perspectiva era que isso acontecesse, com o seguinte processo
788 histórico, em um prazo de 05 a 10 anos, talvez até menos. Para que no
789 final, aquela área voltasse a ter a recuperação ambiental e deixar de ser
790 uma barragem, já ter estrutura então esse foi o processo que foi licenciado
791 junto ao SEMAD. Inclusive para a própria portaria, ela prevê justamente
792 quando for fazer esse processo já havia previsto uma nova retomada lá, de
793 um novo ciclo de avaliação da estrutura da barragem para se continuar
794 com a atividade. Inclusive infelizmente por conta disso, a própria Vale
795 mesmo já assumiu descaracterizar todas as barragens a montantes de
796 Minas Gerais e foi o mesmo objeto da licença que teve em dezembro.
797 Então o que aconteceu, o que foi licenciado em dezembro foi justamente
798 acabar com a barragem. E isso aqui é uma exposição que foi colocada lá
799 para a SEMAD que demonstra justamente essa questão, de onde você
800 tem uma discussão se o licenciamento está rápido ou ele está lento. O
801 mesmo fato foi colocado para as duas coisas. Embora é importante
802 salientar que a estrutura da barragem, da segurança da barragem, não
803 fazia parte do objeto do licenciamento, uma vez que isso é de competência
804 da Agência Nacional de Mineração. Assim aqui em Minas Gerais as
805 normas específicas para a questão de disposição de rejeito, nós temos
806 essa lei, a lei que reformou o SUSEP 2016, temos a DN COPAM 210 que
807 regulamenta justamente o reaproveitamento, o Decreto 469/93 que institui
808 a auditoria técnica extraordinária, a suspensão de novos processos de
809 licenciamento ambiental cujo objeto seja barragem de contenção de
810 rejeitos que utilizam método de construção a montante, o Decreto de 2016
811 que criou uma diretoria de gestão para a bacia do Rio Doce também

812 instituiu, que a diferença entre a DN 74 e a 217 pode se notar aqui tanto o
813 reaproveitamento do material quanto à disposição, o seu potencial não foi
814 alterado, continua sendo tanto grande para disposição quanto médio para
815 o reaproveitamento. Assim, em uma comparação um pouco mais simplória
816 entre a 217 e a 74, com a 217 houve um processo onde que teve mais
817 capacidade do Estado cumprir com os seus prazos legais de análise do
818 empreendimento e com isso chegar com uma eficiência maior no ano do
819 licenciamento ambiental. Mais uma comparação também que foi feita lá
820 pela Sede que embora são as barragens que foram criadas pela 217 ainda
821 elas não estão ativas, então, enfim. E ainda posterior a isso, nós tivemos
822 duas resoluções que justamente suspendeu as análises de todos os
823 processos relativos à exposição de rejeitos e barragens independente do
824 método construtivo, DNPM e Governo Federal defina novas regras
825 normativas. E aí temos uma outra resolução que a SEMAD/FEAM, que
826 determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de
827 rejeitos alteadas a montante, no prazo de 03 anos. São 360 dias para
828 apresentar o projeto, mais 02 anos para executá-lo. Para que (trecho
829 incompreensível) que foi muito divulgado na mídia informou o número alto
830 de acidentes de barragens de mineração que teve no Brasil e tudo mais,
831 em termos de pesquisa a gente nota que o Brasil figura como 6.7% dessas
832 barragens rompidas, Estados Unidos, Chile, China, tem mais situações
833 que as nossas e Minas Gerais dado a ser um estado minerador, está em
834 seu nome, concentra 05 dos 08 rompimentos de barragem que teve no
835 Brasil nos últimos 50, 60 anos. Foi feito pelo subsecretário de gestão
836 ambiental, é isso, obrigado.” Presidente Suplente Eliane Piedade Alves
837 Machado: “Algum Conselheiro quer fazer uso da palavra?” Conselheiro
838 Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Eu gostei da apresentação, (inaudível) ao
839 técnico pela, pelos dados relatados, não é? Estimo o esforço do sistema
840 que está fazendo para apresentar as referências, as informações para a
841 sociedade. Mas eu estou com umas considerações sobre esse tema como
842 está sendo discutido. Primeiramente me preocupa muito o enfoque sobre a
843 questão da simplificação, chamada simplificação do sistema de
844 licenciamento. Que a gente tem acompanhado já há algum tempo e,
845 inclusive, elogiado o sistema mineiro pelo seu critério de análise. Mas a
846 alegação principal que se ouve falar é que os licenciamentos demoram
847 muito. E que a gente tem duas considerações muito importantes que são
848 as seguintes, primeiro, eu entendo que o licenciamento demora muito,
849 porque tem pouco pessoal. Então se fala muito que o sistema é ineficiente,
850 sistema é demorado, que os processos são demorados, entretanto se a
851 gente for fazer uma análise administrativa do sistema de meio ambiente,
852 com o porte de trabalho que recebe, é praticamente impossível ter
853 agilidade. Por quê? Como a gente viu a SUPRAM Jequitinhonha, a Eliana
854 que conduziu a SUPRAM por muitos anos, esteve aí em período em que

855 tinham sete técnicos, nove técnicos, para cobrir 800 quilômetros de
856 licenciamento. Então é uma tarefa absolutamente despropositada achar
857 que o Estado vai ter agilidade para fazer a análise de processos
858 complexos de alta, o uso de elementos envolvidos e achar que vai ter
859 agilidade. Então isso tem que ser uma coisa ágil, entretanto, para isso tem
860 que haver investimento e há um contrassenso que a atividade é altamente
861 lucrativa e alegadamente gerariam recursos para o Estado, benefícios para
862 o Estado e que tem balanços anuais realmente significativos, dotados de
863 lucro muito alto, não possa dispor de recursos para contratar pessoas não
864 só em número suficiente, mas com salários, com rendimentos,
865 pagamentos significativos, para que segure os técnicos, porque grande
866 parte dos técnicos que eu vejo dentro do sistema, tem uma rotatividade
867 muito grande porque quase sempre saem daqui para trabalhar na iniciativa
868 privada. Porque inclusive são cooptados pela iniciativa privada. Então o
869 técnico ganha competência, ganha e na hora que ele é formado dentro do
870 Estado, ele é seduzido por salários que são realmente extraordinários e aí
871 fica difícil ele cuidar da família dele com a perspectiva de ganhar, duas,
872 três, quatro vezes, cinco vezes que ele ganha trabalhando com muito
873 esforço dentro do Estado. E a gente vê uma migração muito grande nesse
874 técnico. Então é uma falácia dizer que a simplificação é mudando o
875 sistema. Eu acho que a atividade ela tem que ser investimento e também
876 outra coisa é a questão de atribuir ao empreendedor essa questão da
877 construção dos estudos e tudo mais. Então isso é outra coisa que demora
878 muito, atrasa os estudos. Porque os estudos quase sempre são fictícios,
879 manipulados e insuficientes. Isso que a gente confere como analista, como
880 Conselheiro quando faz a análise dos estudos e a gente vê isso
881 claramente. O Alex gosta de estudar e tal, o (inaudível) gosta de estudar,
882 ou mesmo o Ministério Público que a gente aprendeu muito aqui pela
883 análises detalhadas que o Ministério Público fazia, a gente acompanhava
884 no auge que tinha aqui dentro, porque tinha técnicos para fazer as
885 análises, a gente vê que o tempo hoje, o que a gente via é penalizar as
886 equipes que fazem os estudos. E isso é uma coisa que contraria a
887 realidade. Porque a gente no Brasil gosta muito de fazer propaganda e
888 dizer que existe liberalismo econômico, capitalismo, primeiro mundo, mas
889 só favorece os empreendedores a ganhar mais capital. Porque quando a
890 gente vê os processos de licenciamento que são feitos nas chamadas
891 grandes nações do primeiro mundo, empreendedor não paga estudo. O
892 empreendedor paga estudo. Estudo jamais poderia ser contratado pelo
893 empreendedor, o empreendedor não pode contratar de forma reservada
894 uma empresa para fazer um estudo para satisfazer, logicamente, o
895 interesse dele. Ninguém vai pagar para ter uma coisa que seja
896 desfavorável a ele. Isso é uma aberração, acreditar que ia tampouco se
897 acreditar que ia contratar uma (trecho incompreensível) Engenharia, uma

898 (trecho incompreensível) e essas empresas todas, que você pagar, às
899 vezes, caro, para ele fazer uma coisa que não seja favorável a você. Vai
900 ser favorável. E isso aí gera uma dificuldade muito grande tanto para os
901 malabarismos que os técnicos do SUPRAM tem que fazer, os técnicos do
902 órgão licenciador tem que fazer, porque são pressionados. A gente sabe
903 disso. Eles são pressionados porque tem as necessidades políticas do
904 processo e são pressionados e que tem que dar (inaudível) e encontram
905 dificuldades, porque os estudos são difíceis. São difíceis. Aí vem um
906 calhamaço de informação complementar, tentando ver se supre e depois
907 você vê a condição de ocorrência de condicionantes e mais
908 condicionantes, como foi o processo da Anglo, com aquele inacreditável
909 número de 300 e tantas condicionantes. Quer dizer, isso é uma aberração.
910 Um projeto que chega a ser aprovado com 300 condicionantes ele tinha
911 que ser feito. Condicionante é remendo, mas não, é. A condicionante
912 tem que ser um nível razoável. Absurdo. Então isso é uma coisa. Então eu
913 acho que a gente tem que discutir muito enquanto Conselho. O Conselho
914 tem que ter, isso que eu estou chamando que a gente começa a ter
915 alguma interação com a parte legislativa, no sentido de que a experiência
916 de quem trabalha no Estado, quem tem ficado aqui experienciando o
917 processo, não só as unidades colegiadas quanto os técnicos que são aí de
918 20 anos, 30 anos de serviço público e que sabem a realidade. Então é
919 uma realidade que tem que ser alterada. Então a gente vê 'Ah, porque a
920 legislação como um técnico veio e colocou que a legislação determina
921 isso.', determina isso e a gente vê que ela determina raramente. Muitas
922 vezes é raramente. Essa superposição de competência então é uma coisa
923 inacreditável. Aí você vê, não, o DNPM que fiscaliza a barragem. Agora o
924 DNPM tem quantos técnicos? 80 técnicos. Para o Brasil inteiro. Aí você
925 tem 7.000 barragens, não sei quantas mil barragens para ser... Quantos
926 por cento de barragem já foi auditada, já foi fiscalizada? Quantos por
927 cento? Então estão me gozando, estão me gozando. Não estão: 'Não,
928 vamos simplificar o licenciamento, porque nós estamos aqui fazendo um
929 licenciamento em cima de estruturas que já eram existentes, então
930 podemos fazer com as 04, porque você vai reprocessar o material.' Você
931 vai reprocessar sim, mas você vai reprocessar estruturas que foram feitas
932 há 40 anos atrás, 50 anos atrás em um momento em que não existia
933 nenhum rigor, nenhuma regra, não existe um parâmetro nem para poder
934 fazer análise e que foi evoluindo com 05, 06, 07, 08, 10 alteamentos.
935 Então elas têm uma questão de instabilidade altíssima. Não, mas elas são
936 simplificadas, quer dizer, 'Ah, mas à primeira vista, está absolutamente
937 correto.' Mas como se eu for analisar, na caixa de vespa que você está
938 mexendo, é muito diferente. A realidade prática é outra. Tanto que a gente
939 assiste isso. Quer dizer, a gente teve a rara oportunidade trágica de poder
940 assistir o momento do rompimento da barragem de Brumadinho. Quer

941 dizer, ela explodiu. Uma barragem declarada instabilidade que foi
942 orgulhosamente alegado pelo presidente da Vale, que eu acho
943 lamentavelmente, dizendo que o laudo de estabilidade de uma empresa
944 alemã, como se se tratasse diária supassumo da tecnologia e a empresa
945 alemã alegou estabilidade de uma barragem que explodiu na nossa frente
946 e matou 300 pessoas em pouco tempo. Inclusive (inaudível) da empresa,
947 todos eles presos sem nenhuma chance de salvamento. Quer dizer, cadê
948 a tecnologia? Cadê a segurança? Quer dizer, se a turma da Tec Sud não
949 sei o quê, teve a capacidade de dar estabilidade a uma estrutura que não
950 tinha estabilidade nenhuma, então nós estamos ferrados. Tanto que o que
951 a gente está assistindo agora é o quê? Ninguém assina mais. Ninguém
952 assina mais. Porque acabou a segurança. Acabou a segurança. Então o
953 processo está errado na raiz. Infelizmente, infelizmente. A nossa
954 segurança desmoronou como um sonho, como um sonho. E mesmo que a
955 gente fale, cumpriu toda a legislação, a gente está indo no que é mais
956 grave, que a gente está percebendo que a legislação está errada. É que a
957 legislação está incompleta. Ela está incorreta e muitas vezes viciada por
958 processos que a próprio mídia sabe, que já sabia, mas que agora estão
959 sendo denunciados, por quê? A maior parte da legislação foi feita por
960 pessoas que estavam aqui dentro recebendo apoio, subvenção,
961 financiamento de campanha pelas mineradoras. Então você tem juntas
962 equipes, grupos que analisam a aprovação das leis (trecho
963 incompreensível). 80% de gente que é favorecida pela mineração e que
964 logicamente, nenhum de nós aqui é criança, que sabe porque nós mesmo,
965 não é Alex? Quantas vezes a gente já conversou com empreendedor?
966 Quantas vezes nós já fomos procurados pelo empreendedor para nos
967 ajudar. 'Nos ajuda aí.', 'Faz isso aí.', a gente sabe como é que funciona.
968 Então na mais, é financiado pelo empreendedor, é lógico que ele está
969 sendo influenciado. Nenhum empreendedor investe se não tiver retorno.
970 Então a gente vê que a legislação que entra de um jeito e sai de outro.
971 Então essa legislação está precisando ser revista. Eu acho que isso é que
972 é importante, é o mais importante que a gente tem que pensar. Sem tirar o
973 mérito e o esforço dos que nos antecederam, dos que nós conhecemos
974 várias vezes, o esforço do secretário, o quê que José Carlos Carvalho
975 trabalhou, o quê que os outros trabalharam. Os demais interesses de fazer
976 com que a coisa evoluísse e muitas pessoas sinceras que trabalharam,
977 entretanto nós temos uma legislação hoje que é muito fraca. É insuficiente.
978 Favorece de forma desequilibrada ao empreendedor, de forma
979 desequilibrada, e que tem uma força de decisões absolutamente desigual.
980 Nós sabemos aqui dentro que é muito difícil um empreendedor não sair
981 com uma licença (inaudível) construir. A gente sabe e a gente já em várias
982 vezes tentou na crença de que estava no bom caminho, resisti algumas
983 coisas, mas é difícil, eu já ouvi várias vezes, Conselheiro do meu lado,

984 sem citar nomes, porque eu não tenho pessoalidade, dizer o seguinte:
985 'Vamos andar depressa, esse negócio não vai terminar nunca? Eu quero
986 votar para eu ir embora.' Quer dizer, nem presta atenção no que está
987 acontecendo aqui dentro, porque ele já tem votado, ele já entrou ali dentro
988 no quê que é que o chefe mandou ele votar, porque ele obedece o
989 interesse público, ele está ali o emprego dele garantindo, lógico, 50% do
990 poder público. Então não tem jeito nem nada, a gente sempre perde. 50%
991 de poder público e uma outra parte dos amigos do poder público, dos
992 favorecidos pelo poder público, dos alinhados com o poder público no
993 sentido de ser aqueles que estão alinhados com os empreendedores,
994 porque tem necessidades. Então o quê que nós temos que ver, mesmo
995 que a gente sabe que isso não vai mudar de uma hora para outra, mas a
996 gente tem que ver que a gente não tem discurso e instrumentos que sejam
997 mais apropriados, mais adequados, que sejam mais, os (trecho
998 incompreensível) normativos sejam mais precisos no sentido de garantir
999 que pelo menos esses exageros acabem, porque não tem sentido. O que a
1000 gente tem assistido, o que a gente assistiu em Mariana. O que a gente
1001 assistiu agora em Brumadinho. Está assistindo em Brumadinho, eu não sei
1002 se a gente fosse calcular na ponta do lápis, se o que a Vale do Rio Doce
1003 pagou para nós, vai pagar o que a gente vai gastar nessa brincadeira.
1004 Nessa brincadeira não, nessa tragédia, não é? Porque eu pergunto, quem
1005 está pagando os helicópteros? Quem está pagando os bombeiros? Quem
1006 está pagando a vida desses bombeiros, que já estão sendo contaminados
1007 por minerais, por metais. Isso a gente já está vendo, negócio que eles
1008 estão lá igual caranguejo, dando a vida deles para tirar cadáver, que agora
1009 não estão tirando nem mais vivos, não é? Para resgatar a dignidade das
1010 famílias, à custa da vida deles, à custa do nosso patrimônio humano de
1011 uma corporação que é de um valor inestimável. E bombeiros com 10 anos,
1012 20 anos de serviço, que são especialistas e que estão aí diminuindo hoje a
1013 vida deles, porque estão resgatando um acidente. Eu te pergunto, o quê
1014 que a Vale pagou de Mariana? O que eu sei é que ela pagou 1 bilhão e
1015 200. 1 bilhão e 500. Quer dizer, tudo na justiça protelando como a gente
1016 viu tudo isso aí. Não vai pagar nunca e a sociedade quanto que está
1017 pagando? Agora, quanto que ele ganhou nesse tempo todo da Vale?
1018 Capitalizando? Ela ganhou 100 bilhões? Ela ganhou 200 bilhões. Então a
1019 gente tem que pensar nisso. Eu acho que isso é que o Conselho, nós
1020 estamos aqui, nós entramos aqui com esse ideal de entender que nós
1021 vamos fazer política pública, nós vamos interferir em política pública.
1022 Mesmo que a gente não vá fazer uma revolução, vamos mudar de uma
1023 hora para outra o sistema político, e nem vai mudar de uma hora para
1024 outra como que a coisa é decidida. Mas a gente tem que fazer uma
1025 pressão, um esforço para que a gente consiga aprimorar esses
1026 instrumentos, para que a gente leve ao entendimento dos que estão

1027 construindo as legislações, os que estão construindo a coisa, que existem
1028 sensibilidades, que existem percepções sobre como isso pode mudar.
1029 Essa apresentação foi muito boa, porque mostra exatamente isso, a
1030 realidade que aconteceu, a gente conviveu aqui com o Rodrigo, estava até
1031 brincando com o (inaudível), quer dizer, eu vejo que faz com os colegas,
1032 às vezes, e (trecho incompreensível), porque são as ferramentas que tem
1033 à disposição dele. Ele vai consultar em cima daquilo, mas às vezes
1034 equivoca redondamente. Não é porque é um resultado, resultado foi aquilo
1035 entrou em movimento e estourou. Entendeu? E as vidas são impagáveis,
1036 porque eu falei ontem, no (inaudível), vida humana não tem preço, gente.
1037 Nem tem preço. Não tem cálculo que calcule o que é um ente querido
1038 perdido por uma família. Teve a tragédia de seu marido, um filho, um pai
1039 de família, um filho, de mulher, de netos que (inaudível) a pessoa que é a
1040 vida dela. Que é o sustento delas. Que é o afeto delas. Isso também tem
1041 que ser considerado. Então o que a gente estava falando lá em (inaudível)
1042 da Conceição. Não existe auto salvamento gente. Não existe a
1043 possibilidade de auto salvamento. Se a empresa ganha dinheiro, se ela
1044 tem lucro, ela não pode economizar sob o risco de perder uma vida
1045 humana. 'Ah, mas essa barragem nossa não tem risco.' Existe isso de não
1046 tem risco? Como não tem risco? Não tem risco dentro de uma
1047 previsibilidade que é média, acontecer. Mas se tiver um sísmico, se tiver
1048 uma enchente, se tiver isso, se tiver aquilo? Aí ocorre. E aí? perdeu a vida
1049 humana. Então tem sentido deixar o pessoal ali de debaixo? Tem sentido?
1050 Não vai fazer? Vai ter gente embaixo, é a medida educacional? Então tira.
1051 Gasta. Gasta, diminui o lucro. Não é impossível, não inviabilizar o
1052 empreendimento não. Tanto que hoje, e a gente está solicitando ao
1053 COPAM esse apoio, por quê? Porque a Anglo já está verificando, já está
1054 considerando retirado as pessoas. Então as (trecho incompreensível)
1055 imediata do auto salvamento já está quase certo. Eles vão tirar. Estão ali a
1056 05 minutos, 10 minutos, nos 10 quilômetros já definidos, que já estão na
1057 possibilidade de tirar já sem, tem mais 200, 300 pessoas ali dentro e
1058 também retirar. Já estão nessa, mas estão pensando, mas considerando
1059 que o custo é muito alto. O custo é muito alto. Então o quê que é
1060 importante? É essa atenção (inaudível). Tem que haver uma negociação.
1061 Nós temos que agora no momento que a coisa está quente, que existe
1062 essa comoção pública coletiva para depois entrar a culpa não amortecer
1063 para que a gente negocie, para preservar a vida dessas pessoas. Que a
1064 gente consiga com esforço de garantir as pessoas. Então houve, a gente
1065 está colocando, é que a gente nesse momento, exerça nossa
1066 competência, o nosso poder enquanto um conselho que tem capacidade
1067 de influir nas decisões públicas no sentido de garantir para essas pessoas
1068 uma melhora, uma segurança que elas precisam? Precisam. E que elas
1069 estão abandonadas que nesses anos todos, isso foi falado, refalado, mas

1070 até agora, até então não tinha sido definido. E agora, talvez graças a Deus
1071 por esse acidente, que por um lado foi lamentado, mas vai ter essa
1072 possibilidade. Então vamos ver se a gente pode usar o sacrifício desses
1073 que morreram para que outros não sejam sacrificados. Então a minha
1074 consideração dentro dessa realidade é que a gente possa através do
1075 aprendizado doloroso do sofrimento, da dor, a gente possa conseguir uma
1076 coisa de uma forma que a gente pode colocar que seja menos morosa,
1077 que possa preservar aqueles que estão vivos.” Presidente Suplente Eliane
1078 Piedade Alves Machado: “Mais alguma consideração Conselheiros?”
1079 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Só de repente como fazer isso? Que
1080 tem 15 anos que nós estamos aqui e a gente não consegue, (inaudível)
1081 processar. (Inaudível) que a gente precisa discutir como trabalhar isso. A
1082 gente colocar essa pauta de movimentação aqui, o quê que nós vamos
1083 fazer em relação a um processo que foi aprovado aqui, nesse caso de
1084 Conceição, pelo menos isso. Como fazer isso? Nós citamos aqui outros,
1085 falando de Gouvêa ali, uma luta de 20 anos que não se realizou algo, não
1086 é? Então é um, como fazer se antes a gente já tinha dificuldade, agora tem
1087 muito mais. E a coisa, só um instantinho, só para encerrar. É tão grave que
1088 e o que você falou tem muita pertinência, porque é uma mentira do que
1089 está acontecendo, porque sete dias, nos últimos, de sexta para cá, nós
1090 tivemos, de sexta, quatro, nós tivemos Ouro Preto, Cocais, Macacos,
1091 essas barragens resolveram romper de uma hora para outra? Um defeito?
1092 Itatiaiuçú, são 05, Ouro Preto. Quer dizer, isso acontecia na verdade, no
1093 meu entendimento, eu não posso provar. Mas para mim isso já acontecia,
1094 já era sabido e já deveria ser informado pelos técnicos que estava
1095 havendo ali um problema. E isso é manipulado realmente e ninguém dava
1096 alerta ‘Ah, alertar a população.’, naquela situação. ‘Nunca rompeu, então,
1097 a gente consegue resolver e vamos cavando e tudo.’ Porque para mim é
1098 inconcebível, em um pequeno prazo, você ter aberta, retirada várias
1099 pessoas, estradas interditadas, as entradas de comunidades, (inaudível)
1100 todo mundo e todo mundo vai ter que conviver com isso ali. Então tem que
1101 resolver. Agora sim, causa males que nunca foram (inaudível). Então a
1102 minha dúvida é que eu acho que trâmites que discutir é como a gente pode
1103 fazer alguma coisa qualquer antes. Porque eu me sinto responsável,
1104 apesar de ter votado várias vezes contra, desde o início desse processo
1105 da Anglo várias vezes aqui, mas foi aprovado e fazer parte do (inaudível) o
1106 Conselho e eu realmente não sei como fazer nesse caso.” Conselheiro
1107 Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Alex. Pois é, essa discussão toda que eu
1108 estou trazendo aqui é em função exatamente de uma articulação que está
1109 sendo feita primeiro ali do próprio, dos Conselheiros mineiros, da
1110 sociedade civil. Existe um esforço também das partes do grupo que a
1111 gente formou para discutir as questões dentro da sociedade civil, que é um
1112 esforço exatamente para trabalhar junto tanto as instâncias deliberativas

1113 do legislativo, quanto o executivo para suprimento das coisas
1114 emergenciais. Então eu entendo que essa questão dos alertas das
1115 barragens, é um jogo político e é um jogo vamos dizer, produz efeitos do
1116 que aconteceu. Então nós temos duas ações que estão sendo observadas,
1117 a gente está dentro da rede percebendo, pelos analistas que estão
1118 trabalhando e estão tendo as informações. Primeiro, o seguinte, é que as
1119 empresas não querem mais altos custos. Não vão dar mais porque elas
1120 sabem que no final vai sobrar para elas. Porque o presidente da Vale não
1121 está preso, mas os técnicos estão presos. Então vai começar a prender, a
1122 sociedade vai cobrar a punitividade. Primeira coisa. E a segunda coisa é
1123 que a empresa também quer gerar um marketing. Ela quer gerar um
1124 marketing que ela vai saber a medida que ela não tiver logo, ela vai
1125 desmobilizar e vai gerar também um inconveniente para a sociedade no
1126 sentido de dizer assim 'Se as atividades vão parar, não vou operar.' e ela
1127 vai chantagear a sociedade no sentido 'Então eu também não vou operar,
1128 e não vai ter mais dinheiro. Vocês vão ter que ceder para nós.' Entendeu?
1129 Então a nossa análise enquanto sociedade, é que isso se torne
1130 unanimidade instrumento, como você diz, até então nada tinha sido feito. A
1131 Anglo não quer entrar nessa onda. A Anglo tem uma atitude estratégica
1132 que ela falou 'Olha, a Vale está indo para o buraco. Eu que sou muito mais
1133 fraca que a Vale, não vou entrar nessa, porque eu quebro. Então o que eu
1134 quero fazer? O que eu antes queria economizar, estou vendo que é melhor
1135 não economizar. Eu já saí do mineroduto paralisado, estou no déficit. Se
1136 eu tiver mais déficit agora, eu vou para a linha do vermelho. Então eu
1137 prefiro investir, parcelar, que eu vou escalonar esse negócio em 02, 03
1138 anos, 04 anos, quer dizer, eu tenho que trabalhar o dia a dia.' Tudo é
1139 estratégia. Então qual que é a posição que eu acho importante? É a
1140 negociação. A negociação. E para nós, veja bem, instituições são muito
1141 importantes, mas importantes são as pessoas. A questão é de pessoa,
1142 negociação é pessoa. Ela faz e acorda. Se eu sentar (trecho
1143 incompreensível), tem que sentar ali e a gente negociar, naquele momento
1144 toma uma decisão. O presidente, o secretário, e tudo mais, ele não vai
1145 todo pronto. Ele vai com uma decisão, ele tem probabilidade, mas quando
1146 ele chega na hora, pela variação que ele pode, ele decide. Então esse
1147 poder de negociação da sociedade, você pega as instituições e leva para
1148 um ponto de decisão, você tem mudança. Se você vai com mudança. É
1149 impossível ir para os saltos. Demorou para chegar nesse ponto, mas
1150 chegou. Então agora a gente terá mudanças, está tendo mudanças. Então
1151 pelo comportamento do presidente que antes estava se cercando de
1152 garantias, agora cedeu 'Não, vou tirar esses caras, agora vou tirar esses.'.
1153 Então o quê que para mim, enquanto pessoa que está ali dentro do
1154 processo que eu sei que posso fazer agora, o que eu posso fazer? É levar
1155 para uma negociação, convocar os atores, os legados, os que tem essa

1156 responsabilidade no processo, como você mesmo colocou, para que a
1157 gente consiga fazer um esforço conjunto e conseguir essa vitória. Qual que
1158 seria a vitória? A gente conseguir que esse fato que a gente acompanhou,
1159 consiga ter um bom termo para essa (inaudível). Então vamos resolver o
1160 problema assim, vamos evitar que essas 400 pessoas que estão em área
1161 de risco sejam submetidas a essa tortura, sejam submetidas a esse risco.
1162 Isso entrando em um acordo, levando pela conjugação dos atores a essa
1163 conclusão conjunta, o que ela vai ser boa para a empresa também porque
1164 aí a empresa vai ter condição também de poder operar de uma forma
1165 tranquila. Porque é o que a gente colocou, não existe ninguém no mundo
1166 moderno em sã consciência que seja contra a mineração. Você é contra o
1167 modelo que está preservando, que está sendo mantido que é o modelo da
1168 morosidade. Da, sabe, de maximizar lucro e minimizar custo. Quer dizer, é
1169 custo, o custo é necessário, se ele é um custo que está dentro da justiça,
1170 está dentro de um equilíbrio de longo prazo, ele tem que ser assumido,
1171 isso é fato. Não e tirar 200 milhões, 300 milhões de quem arrecada 2
1172 bilhões por ano, que vai quebrar a empresa. 'Ah, é impossível, a empresa
1173 não pode fazer esse investimento.' Pode. Eles sabem que pode. Então
1174 vamos levar ao entendimento para que o bom senso vença, que vai fazer
1175 esse investimento. Quer dizer, garantir, uma série de valores (inaudível).
1176 Dentro da tranquilidade para poder operar quanto da (inaudível) começar a
1177 reverter essa reputação que são empresas que briga com a sociedade o
1178 tempo todo. Então essa que foi pedido que faça. Qual a forma de fazer?
1179 Que a gente consiga, como eu coloquei, fazer uma reunião, fazer um
1180 envelope em que esses entes que foram os responsáveis, que eu digo,
1181 como se diz, mesmo contra ou a favor, mas responsável no sentido da
1182 participação no processo, que acompanhamos, que vivenciamos essa
1183 realidade de levar ao entendimento da empresa, olha, nós estamos aqui
1184 na barganhando, buscando uma coisa que seja representativa para a
1185 sociedade para a solução desse problema. Que é hoje uma emergência
1186 para todos nós. Então ao SUPRAM, ao COPAM e eu faço questão como
1187 eu coloquei. 'Ah, nós vamos conversar com o (inaudível), vamos conversar
1188 lá com a Câmara, tudo mais.' Gente, câmara, muito importante também.
1189 Acho também. Eles até vão decidir, mas eu acho esse SUPRAM foi que
1190 viveu essa coisa da forma mais imediata. Esse COPAM foi o que
1191 realmente estudou e entendeu esse problema. Então eu acho que esse
1192 enfoque, essa aproximadamente será fundamental para que a gente possa
1193 evoluir para esse estado. Então eu acho que é grande esforço? Não. Eu
1194 acho que é a questão da participação, mobiliza a sociedade para que ela
1195 leve esse entendimento. Entendeu, sem grandes conflitos nem nada, é
1196 uma coisa que já está em conhecimento de todos. Eu acho que no meu
1197 entendimento, que eu estou solicitando em nome do CODEMA, vai
1198 assumir um ofício do Secretário, o presidente do CODEMA para tanto o

1199 COPAM quanto o SUPRAM no sentido que a gente construa esse
1200 (inaudível). E é sentar com a empresa pedir, conversar com eles, com os
1201 atores sobre as medidas necessárias para que a gente pacifique essa
1202 questão de (inaudível). Então nesse caso assim, eu até faria o
1203 encaminhamento e seria esperar chegar o documento, porque eu fiz aqui
1204 de uma forma oficial tentando ainda sem o reconhecimento dos que são os
1205 atores representantes da sociedade, dos conselhos, para que, em posse,
1206 disso, eu sugeriria que fosse feito a proposição da marcação das datas
1207 para que isso ocorresse para que com a equipe do SUPRAM, e com
1208 representantes desse COPAM, a gente pudesse fazer essa interlocução
1209 junto a empresa com outros atores da sociedade local, para que isso fosse
1210 para fazer um acordo para a solução definitiva ou então, vamos dizer,
1211 escalonada da questão dessas pessoas e dessa realidade que está
1212 acontecendo lá. Inclusive que até julgou hoje por exemplo um outro
1213 recurso, que é de uma represa lá de Conceição, que foi questionado pelo
1214 Otacílio Costa de uma outorga de água, que também é uma represa a ser
1215 examinada. Porque uma represa, se romper ela inunda os bairros de
1216 Conceição. Então essas coisas todas, e é uma coisa que a gente nem
1217 sabe como é que está a estabilidade dela. Então a represa (inaudível) e é
1218 muito grande.” Conselheiro Ricardo Hirofumi Yoshimatsu: “Quando a gente
1219 vê a questão do meio ambiente, ou da liberação do empreendimento, que
1220 todo empreendimento existe em função, às vezes, de atender à
1221 necessidade nós mesmos, da população. Quer dizer hoje ninguém abre
1222 mão de ter um carro, ter uma casa, de ter um emprego. E hoje a gente fala
1223 assim, ser empresário no país hoje é muito difícil, sabe? Por mais que
1224 você fala, o pessoal ‘Ah não, mas é, tira um pouco do valor para poder
1225 investir na segurança, em uma coisa.’ E segurança quer dizer em primeiro
1226 lugar. Mas, não isentando de forma alguma ou tentando defender a Vale,
1227 que eu acho que ela tem que pagar pelos danos causados, mas, às vezes,
1228 a gente tem que buscar a questão, às vezes, da legislação, ela tem que
1229 passar por um aprimoramento de todas as áreas, não só ambiental, não é
1230 só em projeto e isso seja na questão da criminalidade, na questão da
1231 política, tem que ser revisto em todos os ângulos. Mas igual eu falo a
1232 questão hoje é o bom convívio entre as partes, até achei que você era
1233 contra o (trecho incompreensível), mas você acabou de até dizer uma fala
1234 aí, que você não é contra porque acha que o mundo não vive sem ela, é
1235 capitalista. E ter uma forma de ter uma agonia entre as partes, porque, às
1236 vezes, o pessoal vem julgar aqui, você encontra um impedimento ou exige
1237 tanto que nenhuma das empresas simplesmente não querem investir em
1238 um país aonde burocracia, não estou falando legislação não. Que eu acho
1239 que a legislação, ela tem que ser rigorosa, mas, às vezes, é burocrática a
1240 legislação. Ela não precisa ser burocrática, mas ela tem que ser rigorosa.
1241 Isso a gente busca sempre procurar junto as entidades nesse sentido, não

1242 de dar choque em tudo, mas sim ser ágil e ser desburocrático. Eu acho
1243 que o rigor ele deve existir em todas as áreas. E o que a gente sempre
1244 pede junto com as entidades, associações, cooperativas, Ministério do
1245 Trabalho é no sentido de buscar esse convívio justo, que eu acho que não
1246 existe, não existe forma de tocar um país ou o mundo hoje, se realmente
1247 não produzir. Hoje se parar de produzir alimentos e parar de produzir, para
1248 de extrair minério, não está. Então muitas vezes a gente, muitas pessoas
1249 são contra o empresário que é isso, isso e aquilo. Mas hoje ser empresário
1250 no país é pagar um custo muito alto. A gente muita gente desiste de
1251 empreender. A gente está vendo o início da nova gestão agora, ele quer
1252 ajustar a casa, conhecer no sentido de querer penalizar a gente que, às
1253 vezes, nem temos culpa do que está acontecendo hoje. Nós vamos pagar
1254 pelo custo? Mas está chegando em uma situação assim que se brincar se
1255 nos próximos 3, 4 meses, se não for tomada uma decisão muito rápida,
1256 principalmente, o setor agrícola vai parar. Não tem como as pessoas
1257 tocarem mais. Então assim, esse lado do empreendimento que o governo
1258 deixa um pouquinho passar. Quer dizer, antes podia tudo, agora não se
1259 pode mais nada, mas então assim até o incentivo, foi tudo cortado. A gente
1260 fica preocupado, muito preocupado com isso, sabe? Então na hora de
1261 fazer um julgamento, fazer uma análise, eu acho que isso aí tem que ter
1262 seu rigor, tem que ser seu encaminhamento, mas também não pode ser
1263 nem burocrático, e nem demorado, para ser tomada uma decisão. Então
1264 no caso do Alex ali, acho que 20 anos de reivindicação é muito tempo, eu
1265 acho que tem que ter uma forma de agilizar isso aí ou ter uma cobrança
1266 mais efetiva, porque senão fica ali, entra reunião, sai reunião, você sempre
1267 com a mesma reivindicação e as coisas não caminham, conforme precisa
1268 caminhar. Eu acho que nós estamos precisando não é dar passos largos,
1269 uns passos mais rápidos consciente do que estamos fazendo e realmente
1270 buscar esse bom entendimento entre as partes, porque nenhum
1271 empresário quer fazer um empreendimento para prejudicar a população. E
1272 se ele está ali, é para atender alguma necessidade que o mundo hoje
1273 precisa ou até nós mesmo precisamos aí no dia a dia. E é mesmo. É só
1274 para poder deixar uma, não é defesa, mas um comentário, às vezes, do
1275 lado dos empresários nesse sentido de que a gente não está querendo,
1276 ganhar, ter dinheiro a qualquer custo, não é? A gente quer uma sã
1277 consciência de que nós precisamos produzir, mas precisamos produzir
1278 com consciência respeitando a legislação. E tem a questão dessas
1279 barragens que vocês mesmo falaram que voltou, as barragens de
1280 Conceição. Assim, ao meu entender até que ponto vai a responsabilidade
1281 de vocês hoje se acontecer um acidente, eu não sei assim. Vocês vão ser
1282 responsabilizados ou não? Então, às vezes, até o voto do conselheiro, ele
1283 tinha que ter um poder aí de falar assim 'Olha, eu votei a favor.', amanhã
1284 aconteceu um acidente, eu falo assim 'Não, o meu voto, foi...' você é

1285 responsável também, porque você votou a favor ali. Então assim, às
1286 vezes, que aí acaba essa questão de ser manipulado o voto. Eu acho que
1287 tem que partir, tem que partir, talvez sentar em uma mesa e se discutir isso
1288 aí. Porque eu não sei hoje, talvez a consciência da pessoa pesa. Se
1289 acontecer um acidente. Mas você vai ser responsabilizado ou não? Então
1290 assim para mim eu usaria, eu não vou votar a favor, porque eu não vou
1291 pagar se acontecer alguma coisa, eu não vou ser responsabilizado, já vou
1292 votando a favor. Então assim, eu diria até analisar essa questão do voto do
1293 Conselheiro, até que parte, até que ponto ele é responsável, até que... Na
1294 verdade, hoje se eu estivesse participado da Conceição, talvez eu estaria
1295 hoje com a minha consciência pesada. Mas não me sentindo responsável
1296 se acontecesse um acidente. Quer dizer, eu não iria sofrer as penalidades
1297 da consequência causada por um desastre, por exemplo. E a questão
1298 dessas barragens hoje, eu imagino hoje, existe vários, eu acho, são mais
1299 de 200 barragens nessa situação no país, eu acho que tinha que ser
1300 tomada uma providência rápida. Eu não sei se existe forma de transformar,
1301 quer dizer, aquela a montante virar a vertical ou virar no outro sentido de
1302 trazer estabilidade realmente para essas barragens. Então estudo tem que
1303 ser bem rápido, tem (trecho incompreensível) que estão acontecendo aí,
1304 de repente amanhã pode cair mais duas, três barragens aí e a questão
1305 que eu (inaudível), até por questão do município, às vezes, liberar, se lá,
1306 obra, essas coisas, e rapidamente, (inaudível), então não é? Eu não sei se
1307 em que quantidade de instalações ou de casas que podia estar, estavam
1308 todas legalizadas, não? Isso aí que tem que entender também que, às
1309 vezes, estava ali, o pessoal vai lá e vai tomando posse, construindo
1310 desordeiramente e quando acontece um acidente a culpa é da pessoa que
1311 investiu. Estou falando isso aqui que a gente vai hoje em Confins, se rodar
1312 ali, não sei quantos quilômetros ali, você não via nada. Hoje praticamente
1313 todo mundo está construindo em volta do aeroporto. Cai um avião ali, não
1314 é? É a responsabilidade da aeronave, do aeroporto sendo que ali devia ser
1315 uma área proibida de construir. Você pega São Paulo, pega vários
1316 aeroportos do mundo fora aí, acontece isso aí. Então o que a gente
1317 precisa ter esse bom convívio e o bom entendimento que é investimento,
1318 que é uma atividade e deve ser analisado, mas dentro do consenso de que
1319 as coisas tem que fluir. O país para, o mundo para se todo mundo for
1320 contra uma situação de minério, sei lá, um plantio, um reflorestamento,
1321 infelizmente o mundo não aguenta 02 anos, para 01 ano, a população
1322 morre de fome. Então isso aí tem que analisar, porque tudo hoje é (trecho
1323 incompreensível), hoje para montar uma estrutura, vai montar uma
1324 indústria, vai montar isso, depende do minério de ferro, depende dos
1325 metais que está podendo fazer tudo isso aí, e o próprio ego da gente vai
1326 necessitando dessas demandas e acaba que talvez nessa aí certos
1327 empresários veem a oportunidade realmente de estar pelo seu ganho e, na

1328 situação que as coisas estão andando, você vê que está praticamente o
1329 monopólio já, hoje o petróleo, a parte de aço, você pega aí, fertilizantes
1330 está caindo na mão de cinco pessoas no mundo inteiro, quer dizer, eles
1331 fazem o que quer conosco, não é? Então realmente a gente acaba que
1332 tem que analisar isso a fundo e sei lá, a gente ter uma forma assim do bom
1333 senso realmente de aprovar ou não um projeto para poder evitar isso aí.
1334 Não de forma alguma tirando a responsabilidade da Vale, defendendo ela
1335 não. Eu acho que ela tem que arcar com as consequências, mas também
1336 assim, igual até o Alex mesmo falou ali, que, às vezes, até o excesso de
1337 confiança de nunca ter acontecido, fazer os técnicos ir lá e assinar, às
1338 vezes, não foi nem por pressão ‘Não acontece, nunca aconteceu.’ e isso
1339 eu quero dizer assim, é ruim? É. Mas serve de exemplo para quem vai
1340 assinar nas próximas liberações ou (inaudível) a gente possa pensar bem
1341 a fundo o que fazer, o que decidir para poder evitar isso aí, porque o que
1342 nós queremos mesmo é o bem para todo mundo, seja ela do lado
1343 empresarial, seja da população que depende desses empreendimentos,
1344 porque ela não existe por existir, existe por uma razão de alguma coisa,
1345 então é mesmo para poder ter essa boa convivência entre as partes.
1346 Porque acho que a decisão tem que ser tomada, mas tem que ser levado a
1347 rigor, mas também não podemos, de toda forma, querer ser contra por
1348 contra. Nós temos que analisar e realmente não deixar esse país parar.”
1349 Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Eliana, só rapidamente, eu
1350 não vou delongar não porque eu estou o vendo o tempo de vocês. Mas eu
1351 acho que você colocou umas coisas importantes. Eu queria fazer algumas
1352 observações. Primeiramente, tanto o Alex que votou contra quanto eu que
1353 votei a favor, somos empresários. Pequenos empresários, mas somos
1354 empresários. O Alex, pelo que eu tenho de memória, trabalha com
1355 materiais, construção e tudo mais, com aço, cimento, com materiais,
1356 vamos dizer, de corporações. Eu trabalho com madeira, trabalho com
1357 máquinas, ferramentas, coisas todas que dependem da grande indústria. E
1358 sou claro apreciador da tecnologia e do desenvolvimento da tecnologia do
1359 mundo moderno. O que nos preocupa como você bem colocou é o delito.
1360 Você é um empresário, você representa uma instituição de empresário e o
1361 que a gente está vendo é que o empresariado que constrói riqueza, está
1362 dando (trecho incompreensível). E está trabalhando para os que
1363 centralizam 04, 05 pessoas do planeta inteiro. Por quê que isso está
1364 acontecendo? Porque é um modelo. E esse modelo privilegia as grandes
1365 corporações com isenções, com facilidades que são espúrias, são
1366 corruptas. O modelo é ótimo e nós temos que ter minerações, boas
1367 minerações, grandes minerações. Eficientes minerações. A gente não
1368 pode privilegiar ineficiência e corrupção. Quer dizer, são ineficientes, e são
1369 péssimas, porque essas corporações agem mal. Elas licenciam mal, elas
1370 operam mal, o grupo faz extração com baixo aproveitamento. Que você

1371 vai ver, aí depositou lá um minério tem 50% de teor. A Anglo está
1372 explorando, mas ela está explorando e está deixando o Itabirito todo no
1373 fundo. Por quê? Para retirar rápido, para mandar um dinheiro para os
1374 investidores que estão morando em Aspen, Santi Moritz, em Dubai. Quer
1375 dizer, que nem sabem o que está acontecendo aqui e não estão nem aí
1376 para o sofrimento desse povo. É máquina de moer carne. Que eles estão
1377 vivendo. Riquíssimos com certeza, concentrando cada vez mais a renda.
1378 Então cada vez produz mais, concentrando mais a renda e com menor
1379 eficiência. Com menor teor de aproveitamento. Enquanto nós, que somos
1380 empresários e somos as associações, os grupos de produção que
1381 sustenta o país, estamos sendo, pagando a conta para eles. Eles na
1382 verdade estão usando o nosso dinheiro para se tornarem o que são e
1383 usando esse poder político ainda para nos penalizar, para depois transferir
1384 o ônus das incompetências que eles fizeram para gente pagar. Porque
1385 quem está pagando Mariana, quem vai pagar Brumadinho não é a Vale
1386 não. Quem vai pagar somos nós. É o contribuinte. É aumentando o nosso
1387 imposto e criando esse sistema que você está vendo aí, que prometeu que
1388 ia fazer isso e aquilo tudo e que agora vai jogar a conta toda a sociedade e
1389 não vai mexer em grandes fortunas, não vai mexer em bancos, não vai
1390 mexer nas classes privilegiadas. Vai aumentar o salário do judiciário, dos
1391 super ricos e tudo mais e os privilégios e tudo mais e não vai mexer. Por
1392 quê? Porque esses estão dominando. Então o nosso esforço não é para
1393 inviabilizar ou impossibilitar, o contrário, nós queremos é viabilizar. É
1394 diminuir a burocracia. É diminuir essa desordem nas legislações que são
1395 boas, mas que são... Elas não são, com interseção, não tem interface
1396 entre elas e por isso demora. Demora não é que a legislação não seja ruim
1397 não. A legislação é ótima, mas no SUPRAM tem 05 pessoas trabalhando,
1398 03 pessoas trabalhando. Quer dizer, a política pública exige investimento.
1399 O IEF está sendo sucateado. O IEF é uma instituição de 50 anos, foi
1400 desmontada. Pá. Desligaram. Mandaram gente embora, o salário
1401 miserável, não tem plano de carreira, não tem nada. E depois se espera:
1402 'Não funcionou.', 'Não funciona.', 'Não sai nada.', 'Não libera nada.'. Claro.
1403 Agora vai em um órgão que eles dizem lá de primeiro mundo para ver
1404 como é que é. Todo mundo bem pago, muita gente, rapidez, digitalizado, o
1405 sistema com logísticas eficientes e tudo mais. Rápido, não tem problema,
1406 o licenciamento podia ser super ágil, não é por causa dessas deficiências
1407 que o Estado sabe e não investe, por quê? Porque isso facilita que o
1408 sistema de corrupção funcione. Porque sempre tem a reunião entre o
1409 chefão lá em cima, com o presidente lá em cima para combinar como é
1410 que é o acordo, como que vai rolar para o negócio andar depressa. Esse é
1411 o problema, infelizmente esse é o problema. E não é problema político
1412 não. É problema estrutural. Não é porque é esse partido, é aquele partido
1413 não. Isso é outra mentira. Isso é porque é o vício do sistema que é

1414 comandando pelos ricos. (Trecho incompreensível), a gente vê quem está
1415 comandando para ver quem está ficando rico. Quem está ganhando é
1416 quem está comandando. Então isso é mantido, exatamente, pelas grandes
1417 corporações porque elas se beneficiam nesse sistema. Elas se tornam
1418 dominadoras do capital. O capital não é ruim não, dinheiro não faz mal
1419 para ninguém não. Agora a forma de utilizar o dinheiro, pode ser a pior
1420 coisa que existe. Porque faz guerra, porque faz corrupção, porque faz
1421 perda de qualidade para a sociedade como um todo. Tornam alguns muito
1422 ricos e o resto todo produzindo para esses super ricos. Então o que a
1423 gente está querendo aqui é exatamente discutir através da nossa
1424 participação, da participação da nossa sociedade para (inaudível) nosso
1425 futuro. Nós queremos que todos, não tem eu contra você, eu contra
1426 ambos, (inaudível). O Alex votou contra. Ele acreditou que existia
1427 elementos. Eu acreditei. Agora, eu questioneei depois. Porque o que eu
1428 notei no começo, não foi o que eu vi depois. Quando eles apresentaram a
1429 represa, eu falei: 'Não, espera aí, essa represa não pode, porque está
1430 errado, porque eu discordo.' Agora em um outro momento, eu podia estar
1431 votando a favor. Hoje eu quero que a Anglo funcione, nós precisamos da
1432 Anglo, 16 bilhões, um dano ambiental gigante, se ela for embora agora,
1433 nós estamos ferrados. Agora, não quer dizer que eu vou manter a Anglo
1434 funcionando errado. Se for para matar gente, pode parar. Vamos pensar
1435 em um outro jeito. Não é a qualquer custo. Nós não dependemos, nós não
1436 vamos morrer de fome se amanhã... Teve guerra, teve muita coisa, (trecho
1437 incompreensível) sobreviver. Nós temos que garantir é que direitos, (trecho
1438 incompreensível) social que a dignidade humana seja mantida, porque
1439 esse é o maior patrimônio, na hora que a gente perder isso, começa a
1440 perder tudo. Então essa é a questão, que se a gente puder decidir, a gente
1441 tem que decidir nesse sentido. Então nesse sentido eu concordo com o
1442 que você colocou. Eu acho esse é o espírito que deve regular no nosso
1443 Colegiado, mas a gente tem que pensar exatamente sobre esses detalhes
1444 que ficou de fazer par que funcione adequadamente." Presidente Suplente
1445 Eliane Piedade Alves Machado: "Ok, então Conselheiros, são esses os
1446 desafios (inaudível), acho que cabe a cada um de nós nas instâncias de
1447 atuação de cada um, tanto pessoal como institucionalmente buscarmos aí
1448 essa evolução (inaudível), não é?" **7. ENCERRAMENTO.** Presidente
1449 Suplente Eliane Piedade Alves Machado: "Bom, então acho que podemos
1450 dar por encerrada a reunião, agradeço a todos pela participação com
1451 previsão da próxima reunião no dia 16 de maio, obrigada."

**** * * * *

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Diogo Soares de Melo Franco